



Diário Oficial

ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ



Publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, de acordo com a Lei Municipal n.º 3047, de 23/03/2017

ANO XIX- DIÁRIO OFICIAL NÚMERO 4635

Ji-Paraná (RO), 19 de novembro de 2025

SUMÁRIO

RELATÓRIOS CONTÁBEIS.....	PÁG.01
AVISO DE LICITAÇÃO.....	PÁG.06
TERMO DE AJUSTE.....	PÁG.06
TERMOS DE REINICIO.....	PÁG.08
PORTARIA.....	PÁG.09
DECISÕES DO PREFEITO.....	PÁG.10
DECRETOS.....	PÁG.20
LEIS.....	PÁG.29

RELATÓRIOS CONTÁBEIS

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 5

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

REEO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A OUT	%	A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	623.989.279,75	654.511.512,74	120.258.696,61	18,37	545.577.357,08	83,36	108.934.155,66
RECEITAS CORRENTES	535.619.207,85	558.376.159,84	108.206.540,53	19,38	520.277.940,81	93,18	38.098.219,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	118.133.212,60	118.133.212,60	20.739.529,63	17,56	104.093.409,55	88,12	14.039.803,05
Impostos	101.341.047,20	101.341.047,20	19.264.234,43	19,01	90.398.542,95	89,20	10.942.504,25
Taxas	16.792.165,40	16.792.165,40	1.475.295,20	8,79	13.694.866,60	81,56	3.097.298,80
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	27.298.141,48	27.298.141,48	4.462.506,68	16,35	20.713.471,23	75,88	6.584.670,25
Contribuições Sociais	17.284.577,49	17.284.577,49	2.898.142,21	16,77	13.167.167,71	76,18	4.117.409,78
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	10.013.563,99	10.013.563,99	1.564.364,47	15,62	7.546.303,52	75,36	2.467.260,47
RECEITA PATRIMONIAL	28.637.612,22	29.928.230,80	15.620.723,35	52,19	62.466.315,75	208,72	-32.538.084,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	122.985,46	122.985,46	1.137,72	0,93	8.610,67	7,00	114.374,79
Valores Mobiliários	27.367.181,56	28.657.800,14	15.595.500,31	54,42	62.433.619,76	217,86	-33.775.819,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	1.147.445,20	1.147.445,20	24.085,32	2,10	24.085,32	2,10	1.123.359,88
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	785.995,61	785.995,61	118.709,98	15,10	414.323,35	52,71	371.672,26
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	718.684,02	718.684,02	89.511,43	12,45	353.116,06	49,13	365.567,96
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	67.311,59	67.311,59	29.198,55	43,38	61.207,29	90,93	6.104,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	357.941.088,35	379.407.421,76	66.850.523,92	17,62	324.826.807,78	85,61	54.580.613,98
Transferências da União e de suas Entidades	163.490.353,87	182.546.533,76	34.542.557,97	18,92	152.809.877,51	83,71	29.736.658,25
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	113.676.544,39	116.005.695,91	19.288.441,27	16,63	102.959.810,49	88,75	13.045.885,42
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	168.000,00	168.000,00	-133.019,26	-79,18	84.905,80	50,54	83.094,20
Transferências de Outras Instituições Públicas	80.666.190,09	80.666.190,09	12.934.618,88	16,03	68.402.982,57	84,80	12.263.207,52
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	21.000,00	21.000,00	217.925,06	103,74	569.231,41	270,63	-548.231,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.823.157,59	2.823.157,59	414.546,97	14,68	7.763.613,15	275,00	-4.940.455,56
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.257.039,46	1.257.039,46	95.377,80	7,59	912.362,36	72,58	344.677,10
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	561.986,70	561.986,70	125.371,17	22,31	1.808.064,66	321,73	-1.246.077,96
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.004.131,43	1.004.131,43	193.798,00	19,30	5.043.186,13	502,24	-4.039.054,70
RECEITAS DE CAPITAL	88.370.071,90	96.135.352,90	12.052.156,08	12,54	25.299.416,27	26,32	70.835.936,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	88.370.071,90	96.135.352,90	12.052.156,08	12,54	25.299.416,27	26,32	70.835.936,63
Transferências da União e de suas Entidades	81.970.072,52	84.053.353,52	9.652.156,08	11,49	12.652.156,08	15,06	71.383.197,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.399.999,38	12.099.999,38	2.400.000,00	19,83	12.647.260,19	104,52	-547.260,81
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.236.914,20	23.236.914,20	3.901.322,54	16,79	18.167.538,30	78,18	5.069.375,90
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	647.226.193,95	677.748.426,94	124.160.019,15	18,32	563.744.895,38	83,18	114.003.531,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 5

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

REEO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO			
			BIMESTRE	%	JAN A OUT		%	A REALIZAR		
					(b)	(b/a)			(c)	(c/a)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	647.226.193,95	677.748.426,94	124.160.019,15	18,32	563.744.895,38	83,18	114.003.531,56			
DEFEÍCIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL COM DEFEÍCIT (VII) = (V + VI)	647.226.193,95	677.748.426,94	124.160.019,15	18,32	563.744.895,38	83,18	114.003.531,56			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	37.331.364,58			37.331.364,58					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00								
Supervit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		37.331.364,58			37.331.364,58					

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

3 de 5

REEO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e § 1º)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A OUT		BIMESTRE	JAN A OUT			
(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	588.941.730,83	650.465.426,07	89.555.085,60	450.907.207,62	199.568.214,45	88.789.979,84	378.287.128,14	272.178.365,73	368.867.434,27	0,00
DESPESAS CORRENTES	488.256.605,57	522.347.971,92	74.127.086,77	421.727.794,45	180.751.529,47	85.527.301,39	348.003.471,70	154.548.506,22	339.177.040,83	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	249.994.954,64	251.559.152,32	41.624.800,37	209.944.967,03	52.314.185,29	199.134.652,69	52.424.499,63	197.821.997,67	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.116.263,04	8.303.437,67	2.424.000,00	8.247.437,67	16.000,00	1.768.011,86	7.435.289,95	868.147,72	7.435.289,95	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	213.145.412,89	262.685.387,93	30.079.095,90	214.203.132,75	48.445.074,18	42.119.941,16	161.433.529,06	101.251.858,87	151.919.761,21	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	213.145.412,89	262.685.387,93	30.079.095,90	214.203.132,75	48.445.074,18	42.119.941,16	161.433.529,06	101.251.858,87	151.919.761,21	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	115.786.027,62	127.917.484,15	15.427.188,83	29.124.489,17	8.862.959,38	2.422.178,45	10.204.648,64	11.713.799,51	9.968.355,44	0,00
INVESTIMENTOS	110.661.640,18	119.413.326,29	13.597.188,03	24.840.733,18	48.555.977,92	1.369.979,99	5.216.752,10	116.761.705,23	2.318.875,36	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZ. DA DÍVIDA	5.092.387,44	8.482.224,90	2.424.000,00	8.246.640,90	16.000,00	1.452.198,96	7.511.529,49	1.132.269,27	7.511.529,49	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.256.924,19	24.301.363,97	2.631.000,00	20.737.221,12	2.563.100,00	926.998,68	19.468.023,32	18.167.518,43	18.167.518,43	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS – (VIII + IX)	610.198.655,02	674.766.789,86	92.186.766,10	471.634.884,04	202.131.904,92	92.698.968,59	397.755.384,10	277.601.405,75	387.034.972,57	0,00
AMORTIZAC. DA DÍV.D. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizac. da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizac. da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (VIII + IX + X + XI)	612.178.645,03	674.766.789,86	92.186.766,10	471.634.884,04	202.131.904,92	92.698.968,59	397.755.384,10	277.601.405,75	387.034,97	0,00
SUPERAVIT (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.989.511,28	16.989.511,28	17.769.922,81	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (VIII + IX + X + XI + XII)	612.178.645,03	674.766.789,86	92.186.766,10	501.744.084,04	35.007.548,92	92.698.968,59	361.744.995,38	35.007.548,92	361.744.995,38	0,00

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO - Anexo 7 (RFB, art. 53, inciso V)													RS 1
PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											Saldo Total	
	Inscritos					Inscritos					Liquidados		Total
	Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2024 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b)-(c+d)	Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2024 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k) = (f+g)-(i+j)	L = (e + k)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(L)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	397.243,86	12.755.092,60	11.716.947,12	0,00	1.435.309,54	104.954,65	27.864.983,87	10.116.409,12	10.015.408,58	1.061.407,30	16.893.942,84	18.328.432,18	
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	2.875,00	2.875,00	2.875,00	0,00	0,00	0,00	
0101 CAMARA MUNICIPAL	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	2.875,00	2.875,00	2.875,00	0,00	0,00	0,00	
02 PODER EXECUTIVO	397.243,86	12.754.592,60	11.716.447,12	0,00	1.435.309,54	104.954,65	27.862.108,87	10.113.534,12	10.012.613,58	1.061.407,30	16.893.942,84	18.328.432,18	
0201 GABINETE DO PREFEITO	0,00	117.76,28	63.393,63	0,00	54.311,65	0,00	126.621,81	121.825,87	121.825,87	0,00	4.795,94	59.107,59	
0202 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	972,46	972,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0203 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	73.711,73	67.116,31	0,00	6.595,42	0,00	594.524,54	309.639,71	281.503,20	21.058,32	291.963,02	298.558,44	
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	12.809,49	165.644,04	31.980,67	0,00	146.472,86	99.570,00	7.562,63	66.029,12	66.029,12	5.424,00	105.958,61	22.541,47	
0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	0,00	38.165,73	24.201,55	0,00	13.964,18	5.384,65	12.203,97	14.329,85	14.329,85	3.028,42	236,35	14.194,53	
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	42.580,83	1.773.533,63	1.752.131,65	0,00	68.882,81	0,00	1.134.610,35	765.198,60	752.713,76	2.201,59	379.695,00	448.677,81	
0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	302.769,97	7.312.056,14	7.277.222,58	0,00	337.603,53	0,00	8.131.255,21	6.705.042,25	6.696.236,12	667.412,32	776.606,79	1.105.210,32	
0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PÚBLICOS	0,00	1.055.474,74	934.372,75	0,00	141.146,99	0,00	15.548.456,54	936.866,65	936.866,65	337.241,77	14.274.548,12	14.415.093,11	
0209 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISM	0,00	6.960,00	6.960,00	0,00	0,00	0,00	1.250,45	1.250,45	1.250,45	0,00	0,00	0,00	
0210 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	621,00	70.111,28	59.114,17	0,00	11.618,11	0,00	23.600,73	19.483,70	19.483,70	2.634,47	1.482,56	13.100,67	
0211 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	18.596,85	10.735,22	0,00	7.861,63	0,00	7.222,11	1.248,43	1.248,43	0,00	5.973,68	13.835,31	
0212 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. E ASSUNTOS ESTRATÉGI	0,00	19.343,41	17.151,44	0,00	2.191,97	0,00	4.161,02	1.384,92	1.384,92	2.776,10	0,00	2.191,97	
0213 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	31.071,01	53.570,01	13.428,38	0,00	71.553,54	0,00	376.186,36	73.907,29	73.907,29	0,00	302.378,97	373.892,51	
0214 SECRETARIA MUNICIPAL DE REGUL. FUND. HABITAÇÃO	360,00	10.851,85	4.240,04	0,00	6.947,81	0,00	7.917,62	2.006,07	2.006,07	245,78	5.665,77	12.613,58	
0215 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	3.543,40	1.379.819,90	852.956,50	0,00	530.406,80	0,00	1.531.421,19	954.368,60	954.368,60	0,00	577.052,59	1.107.459,39	
0216 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	0,00	127.087,37	124.422,28	0,00	2.665,09	0,00	7.134,18	6.233,18	6.233,18	0,00	901,00	3.566,09	
0217 FUNDAÇÃO CULTURAL DE JI-PARANÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.123,44	51.123,44	51.123,44	0,00	0,00	0,00	
0218 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.417,08	42.077,93	395.473,53	0,00	31.021,48	0,00	78.700,94	61.733,65	61.733,65	10.404,79	6.622,30	37.643,78	
0219 GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	109,73	0,00	0,00	109,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109,73	
0220 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DE JI-PARANÁ - IPREJ	1.071,08	5.588,78	5.588,78	0,00	1.071,08	0,00	1.336,64	977,03	977,03	359,61	0,00	1.071,08	
0221 AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - AMT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.655,25	6.655,24	6.655,24	0,01	0,00	0,00	
0222 AGÊNCIA REGUL. DE SERV. PÚBLICOS DELEGADOS - AGERJ	0,00	1.789,59	1.789,59	0,00	0,00	0,00	111.221,06	5.183,62	5.183,62	0,00	111.221,06	111.221,06	
0223 FUNDO MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE - FMDA	0,00	43.742,49	42.837,83	0,00	904,66	0,00	11.940,10	5.183,62	5.183,62	1.506,48	5.290,00	6.154,66	
0224 CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.429,44	976,54	654,30	0,00	775,14	775,14	
0225 SUPERINTENDÊNCIA PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.490,30	377,76	377,76	7.112,54	0,00	0,00	
0227 SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL	0,00	51.278,85	51.278,85	0,00	0,00	0,00	4.791,50	4.791,50	4.791,50	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
01 PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02 TOTAL (III) = (I + II)	397.243,86	12.755.092,60	11.716.947,12	0,00	1.435.309,54	104.954,65	27.864.983,87	10.116.409,12	10.015.408,58	1.061.407,30	16.893.942,84	18.328.432,18	

FONTE: SPCF - Contabilidade [9.50.28.109], Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)			RS 1
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT	
1.- RECEITA DE IMPOSTOS		101.341.047,20	90.398.542,95
1.1.- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	10.718.238,90	10.257.158,49
1.2.- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	7.855.023,42	6.791.690,91
1.3.- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	6.102.362,84	55.338.760,10
1.4.- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	22.275.422,04	18.012.933,45
2.- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		209.427.512,19	173.707.399,19
2.1.- Cota-Parte FPM	0,00	91.500.341,78	71.088.622,27
2.1.1.- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	0,00	84.562.312,90	64.721.947,37
2.1.2.- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	0,00	6.938.028,88	6.366.674,90
2.2.- Cota-Parte ICMS	0,00	81.435.087,76	72.895.259,79
2.3.- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	342.736,58	367.176,40
2.4.- Cota-Parte ITR	0,00	1.548.888,17	1.675.261,09
2.5.- Cota-Parte IPVA	0,00	34.798.836,03	27.681.079,64
2.6.- Cota-Parte IRPF-Cano	0,00	641,87	0,00
2.7.- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00
3.- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	0,00	310.768.559,39	264.105.942,14
4.- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)	0,00	40.897.706,29	35.468.144,32
5.- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7) + 25% DE (1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	0,00	37.194.371,56	32.558.504,68

FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A OUT	
6.- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	82.113.214,43	69.375.629,90	
6.1.- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	81.174.593,69	69.118.887,77	
6.1.1.- Principal	80.666.190,09	68.402.982,57	
6.1.2.- Rendimentos de Aplicação Financeira	508.403,60	715.905,20	
6.1.3.- Resarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.2.- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	
6.2.1.- Principal	0,00	0,00	
6.2.2.- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.2.3.- Resarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.3.- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	
6.3.1.- Principal	0,00	0,00	
6.3.2.- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.3.3.- Resarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
6.4.- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	938.620,74	256.742,13	
6.4.1.- Principal	938.620,74	256.742,13	
6.4.2.- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	
6.4.3.- Resarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00	
7.- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	40.168.421,80	34.934.838,25	

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

EMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)

RS 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR			
8.- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		1.922.954,19			
8.1.- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		1.922.954,19			
8.2.- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00			
9.- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		71.208.584,09			
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (e)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	84.036.166,62	61.342.972,48	61.342.972,48	63.880.459,37	0,00
10.1.- PROFESSORIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	70.384.706,38	54.839.971,91	54.839.971,91	54.238.524,35	0,00
10.1.1.- Educação Infantil	23.418.568,53	18.908.928,27	18.908.928,27	18.727.573,88	0,00
10.1.2.- Ensino Fundamental	41.542.690,59	31.680.125,29	31.680.125,29	31.338.526,48	0,00
10.1.3.- Educação de Jovens e Adultos	2.411.526,85	1.641.854,06	1.641.854,06	1.623.877,28	0,00
10.1.4.- Educação Especial	3.011.919,81	2.609.064,29	2.609.064,29	2.576.596,71	0,00
10.1.5.- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.- OUTRAS DESPESAS	13.651.463,24	8.903.000,57	8.903.000,57	8.801.925,02	0,00
10.2.1.- Educação Infantil	1.790.000,99	1.155.436,99	1.155.436,99	1.141.055,33	0,00
10.2.2.- Ensino Fundamental	11.507.261,60	7.624.754,74	7.624.754,74	7.548.579,36	0,00
10.2.3.- Educação de Jovens e Adultos	126.582,11	26.663,71	26.663,71	26.663,71	0,00
10.2.4.- Educação Especial	238.598,58	86.145,13	86.145,13	85.625,62	0,00
10.2.5.- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6.- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7.- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A OUT (a)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A OUT (b)	DESPESAS PAGAS JAN A OUT (c)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (e)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL (INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)
11.- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	61.820.018,29	61.820.018,29	61.137.505,18	0,00	0,00	0,00
11.1.- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	61.563.276,16	61.563.276,16	60.880.763,05	0,00	0,00	0,00
11.2.- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3.- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4.- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	256.742,13	256.742,13	256.742,13	0,00	0,00	0,00
12.- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFESSORIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	52.950.525,70	52.950.525,70	52.369.088,14	0,00	0,00	0,00
13.- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RRIO - ANEXO XIII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	101.341.047,30	101.341.047,30	90.398.542,95	89,20
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.718.238,90	10.718.238,90	10.257.158,49	95,70
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Intér Vivos - ITBI	7.855.023,42	7.855.023,42	6.791.690,91	86,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.492.262,84	60.492.262,84	55.336.700,19	91,48
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	22.275.422,04	22.275.422,04	18.012.933,45	80,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	202.488.841,44	202.488.841,44	167.340.724,29	82,64
Cota-Parte FPM	14.562.212,90	14.562.212,90	64.721.947,37	76,54
Cota-Parte ITR	1.248.888,17	1.248.888,17	1.675.261,09	134,20
Cota-Parte IPVA	34.798.816,03	34.798.816,03	27.681.079,64	79,55
Cota-Parte ICMS	11.435.087,76	11.435.087,76	72.895.259,79	89,51
Cota-Parte IR-Exporatado	342.738,58	342.738,58	367.176,40	106,82
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	303.829.888,64	303.829.888,64	257.739.267,24	84,83
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA				
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	16.869.711,30	12.701.337,49	9.409.024,58	74,08
Despesas Correntes	16.858.711,30	12.475.709,04	9.409.024,58	73,42
Despesas de Capital	11.000,00	225.628,45	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	19.626.801,83	21.915.401,83	21.011.511,63	95,88
Despesas Correntes	19.624.901,83	21.915.401,83	21.011.511,63	95,88
Despesas de Capital	1.900,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILOGICO E TERAPÊUTICO (VI)	320.900,00	14.298,88	14.278,88	99,93
Despesas Correntes	320.900,00	14.298,88	14.278,88	99,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.770.449,46	1.757.949,46	1.539.614,29	87,58
Despesas Correntes	1.770.449,46	1.757.949,46	1.539.614,29	87,58
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.260.101,56	1.996.074,23	1.414.368,75	70,86
Despesas Correntes	2.260.101,56	1.996.074,23	1.414.368,75	70,86
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	15.361.862,25	17.848.335,58	15.788.884,52	88,05
Despesas Correntes	15.146.862,25	17.824.335,58	15.692.432,52	88,04
Despesas de Capital	215.000,00	16.172,00	100,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	56.208.529,40	56.225.549,40	49.097.594,65	87,32

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RRIO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS				Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)				49.097.594,65	47.045.030,66	46.448.913,27
(i) Restos a Pagar Não Processados Insuportados Individualmente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)				0,00	0,00	0,00
(ii) Despesas Contidas com Restos Vinculados à Parcela do Pessoal Mínimo que não foi Aplicado em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)				0,00	0,00	0,00
(iii) Despesas Contidas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)				0,00	0,00	0,00
(c) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII) - (XIII) - (XIV) - (XV)				49.097.594,65	47.045.030,66	46.448.913,27
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				0,00	38.660.990,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)				0,00	8.384.140,75	0,00
Limite não Cumprido (XIX) (Quando valor for inferior a zero)				0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI) / (III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 art. 35 da Lei Orgânica Municipal)				100,00	18,25	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012				LIMITE NÃO CUMPRIDO			
				Saldo Inicial (no Exercício atual) (a)	Despesas Contidas no Exercício de Referência		Saldo Final (no exercício) (b) = (a) - (c) + (d)
				Empenhadas (c)	Liquidadas (d)	Pagas (e)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial - XIX)				0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial atual no saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial atual no saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)				0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR							
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n) - (m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RP/INP Insuportados Individualmente no Exercício sem Disponibilidade Financeira a - (XVI) (q)	Valor inscrito em RP considerado no exercício (r) = (p) - (q) + (s), se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagas (b)
Empenhos de 2025	38.660.990,00	47.045.030,66	8.384.140,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	42.507.142,40	58.346.001,52	15.838.859,12	4.393.367,95	0,00	4.111.104,79	206.073,08
Empenhos de 2023	38.165.521,39	46.540.001,06	8.374.479,67	336.201,20	0,00	336.201,20	0,00
Empenhos de 2022	35.832.145,95	39.718.026,45	3.885.880,50	1.024.328,46	0,00	1.023.720,39	145,61
Empenhos de 2021 e anteriores	190.660.875,44	242.536.390,89	51.875.515,45	814.600,78	0,00	804.370,93	581,11

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n) - (m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RP/INP Insuportados Individualmente no Exercício sem Disponibilidade Financeira a - (XVI) (q)	Valor inscrito em RP considerado no exercício (r) = (p) - (q) + (s), se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagas (b)	Total de RP cancelados ou prescritos em exercício (c)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados ou prescritos (v) = (c) + (d) - (e)
Empenhos de 2025	38.660.990,00	47.045.030,66	8.384.140,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.384.140,75
Empenhos de 2024	42.507.142,40	58.346.001,52	15.838.859,12	4.393.367,95	0,00	4.111.104,79	206.073,08	76.190,00	15.762.669,04
Empenhos de 2023	38.165.521,39	46.540.001,06	8.374.479,67	336.201,20	0,00	336.201,20	0,00	0,00	8.374.479,67
Empenhos de 2022	35.832.145,95	39.718.026,45	3.885.880,50	1.024.328,46	0,00	1.023.720,39	145,61	462,46	3.885.418,04
Empenhos de 2021 e anteriores	190.660.875,44	242.536.390,89	51.875.515,45	814.600,78	0,00	804.370,93	581,11	9.648,24	51.865.866,71

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RRIO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "c")							0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)							0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI) - (XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)							0,00
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º da LC 141/2012							
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (a)	Despesas Contidas no Exercício de Referência			Saldo Final (do apêndice) (a) - (b) - (c) + (d)		
		Empenhadas (b)	Liquidadas (c)	Pagas (d)			
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial - XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)		98.182.560,00	123.147.140,23	107.609.709,57	87,38		
Proveniente da União		87.398.247,79	108.200.157,52	92.383.654,52	85,38		
Proveniente dos Estados		10.784.315,81	14.938.982,70	15.226.053,05	101,92		
Proveniente de outras Municípios		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)		0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS (XXX)		0,00	0,00	91.646,75	87,46		
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXVIII) - (XXVIII) - (XXIX) - (XXX)		98.182.560,00	123.147.140,23	107.709.356,32	87,46		

MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Outubro 2025/BIMESTRE Setembro - Outubro

RRIO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%	DESPESAS PAGAS	%	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATE BIMESTRE (d)	(d/c) x 100	ATE BIMESTRE (e)	(e/c) x 100	ATE BIMESTRE (f)	(f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	26.784.099,07	38.235.012,72	24.853.960,41	65,00	18.322.962,98	47,92	17.467.894,58	46,20	0,00
Despesas Correntes	17.267.700,07	28.212.176,72	22.255.974,08	78,89	18.254.382,98	64,70	17.619.334,58	62,45	0,00
Despesas de Capital	9.516.999,00	10.022.837,00	2.597.995,37	25,92	68.560,00	0,68	68.560,00	0,68	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	66.334.596,72	84.517.796,39	68.485.729,94	81,00	55.945.862,71	66,08	54.680.222,78	64,79	0,00
Despesas Correntes	64.690.848,08	79.836.030,38	66.944.947,55	83,85	55.526.198,72	66,55	54.360.608,79	66,08	0,00
Despesas de Capital	1.643.747,82	4.681.766,00	1.540.781,49	32,91	319.721,99	6,83	319.721,99	6,83	0,00
SUPORTE PROFILOGICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	1.162.223,97	1.917.027,63	1.401.901,10	73,13	735.618,08	38,37	728.194,08	37,99	0,00
Despesas Correntes	1.147.223,97	1.902.027,63	1.401.901,10	73,71	735.618,08	38,48	728.194,08	38,29	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	82.104,00	111.728,57	34.161,77	30,58	33.279,95	29,79	33.279,95	29,79	0,00
Despesas Correntes	77.104,00	106.728,57	34.161,77	32,00	33.279,95	31,18	33.279,95	31,18	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	1.306.812,59	1.387.514,68	1.081.945,57	77,98	1.022.644,02	73,70	1.013.599,11	73,05	0,00
Despesas Correntes	1.301.812,59	1.382.514,68	1.078.165,57	77,99	1.022.644,02	73,97	1.013.599,11	73,32	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	3.780,00	75,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	2.858.047,25	4.338.546,34	3.312.144,84	76,48	3.265.986,94	75,41	3.264.997,08	75,39	0,00
Despesas Correntes	2.844.047,25	4.326.546,34	3.312.144,84	76,52	3.265.986,94	75,44	3.264.997,08	75,43	0,00
Despesas de Capital	12.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) - (XXXII) - (XXXIII) - (XXXIV) - (XXXV) - (XXXVI) - (XXXVII) - (XXXVIII)	98.526.583,90	130.499.627,74	99.169.851,77	75,99	79.225.857,60	60,71	77.408.287,48	59,32	0,00

RRIO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%	DESPESAS PAGAS	%	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
	(a)	(b)	ATE BIMESTRE (d)	(d/c) x 100	ATE BIMESTRE (e)	(e/c) x 100	ATE BIMESTRE (f)	(f/c) x 100	
ATINGIDA BÁSICA (XLI) = (IV + XXXII)	43.654.410,37	50.936.331,20	34.262.994,03	67,27	27.730.321,35	54,41	27.010.801,63	53,01	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	85.960.998,59	106.433.198,63	89.497.240,67	84,09	75.571.362,49	71,00	74.303.926,86	69,81	0,00
SUPORTE PROFILOGICO E TERAPÊUTICO (XLI) = (VI + XXXIV)	1.482.223,97	1.931.386,51	1.416.711,08	73,33	744.365,08	38,54	756.342,38	38,13	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXV)	1.852.553,46	1.869.670,03	1.573.736,06	84,17	1.558.321,69	83,25	1.558.321,69	83,25	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLI) = (VIII + XXXVI)	3.566.911,00	3.585.146,00	2.997.222,00	83,63	2.997.222,00	83,63	2.997.222,00	83,63	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLI) = (XIII + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBVENÇÕES (XLI) = (XIV + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLI) = (XV + XXXIX)	158.753.113,30	166.775.171,48	145.246.464,63	79,96	120.246.388,26	67,63	121.857.205,63	66,13	0,00

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA Nº 90051/SUPECOL/PMJP/2025

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, por meio da Superintendência de Compras e Licitações – SUPECOL, do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 2465/2025, torna público aos interessados que realizará, com fundamento no art.75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA** junto ao Portal de Compras Públicas: www.gov.br/compras/pt-br/, com início da sessão de disputa de lances agendada para **02/12/2025 das 08h:30min às 14h30min** (horário de Brasília), cujo o **objeto** é a Aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à Clínica Obstétrica e à Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Doutor Claudionor Couto Roriz. **Valor Total Estimado: R\$ 52.050,84** (cinquenta e dois mil, cinquenta reais e oitenta e quatro centavos), referente ao **Processo Administrativo nº 1-6979/2025 - SEMUSA**. Demais informações encontram-se disponíveis no site <http://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/> e Portal de Compras Públicas: www.gov.br/compras/pt-br/.

Ji-Paraná, 19 de novembro de 2025.

Izabelly Paiva Porfirio
Membro da CPL
Decreto nº 2199/GAB/PMJP/2025

TERMO DE AJUSTE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
GERÊNCIA GERAL DE CONTRATOS - GESCON

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E QUITAÇÃO
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR

Reconhecimento de Dívida em favor da Empresa SACTH CONSTRUTORA - visando cumprir a obrigação de indenizar despesa gerada sem cobertura contratual, realizada pela Administração Pública Municipal.

O presente o Relatório Circunstanciado de Ajuste de Contas e Quitação tem a finalidade estabelecer os requisitos e ponderações a respeito da obrigação de indenizar despesa continuada gerada sem cobertura contratual pela Administração Pública Municipal visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Planejamento de Ji-Paraná, conforme estrutura estabelecida no § 10 do art. 20 da IN 04/CGM/PMJP/.

1 DO OBJETO

1.1 DA EXECUÇÃO DA OBRA DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES TRATADOS PELA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE) DO RESIDENCIAL MORAR MELHOR II.

Os autos de processo foram autuados sob n. 5-811/2023 devido à necessidade de contratação de empresa visando à execução da obra de Lançamento de Efluentes Tratados pela Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Residencial MORAR MELHOR II, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais.

Em razão do procedimento licitatório de tomada de preços n. 011/PMJP/RO/2022, do tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global e, Termo de Contrato Nº 074/PGM/PMJP/2022 recurso Transferência Especial nos moldes da Lei Federal n. 8.666/93 e, ainda pelo estabelecido no **Processo Administrativo nº 1-2668/2022 SEMOSP/SEMPPLAN** a qual após sua conclusão, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal procedeu à Homologação e também a autorização da contratação (ID 477055) f. 6, da empresa ganhadora do certame, cujo Contrato de n. 074/PGM/PMJP/2022 (ID 477055) f. 15-20, foi firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ e a empresa **SACTH CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ: 08.668.746/0001-80**, representada pela Sra. Katry Danielly Sacht dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.435.142-08, em atendimento ao inciso VI, do art. 38 da LEI nº 8.666/93.

O valor inicial da contratação era de **R\$ 719.906,26 (setecentos e dezenove mil, novecentos e seis reais e vinte e seis centavos)**, conforme a Cláusula Terceira DO VALOR E PAGAMENTO DO CONTRATO DE N. 074/PGM/PMJP/2022 (ID 1745252) f. 45.

O contrato foi assinado em 20/07/2022, tendo prazo de vigência de 04 (quatro) meses, 120 (cento e vinte dias), contados da assinatura e o prazo de execução de 90 (noventa dias), (ID 1745252) contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇO nº 024/GESCON/SEMPPLAN/PMJP/202 (ID 1745252) f. 50, conforme publicado o extrato do contrato no DOM nº 3818, do dia 25 de julho de 202 (ID 1745317) f. 1.

Embora os recursos tenham sido aportados pelo Ministério da Defesa (valor de Convênio) e o Município de Ji-Paraná com o emprego da contrapartida aportada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a fiscalização e gestão do contrato foi feita pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Em 20/07/2022, foi expedida a **ORDEM DE SERVIÇO Nº 024/GESCON/SEMPPLAN/PMJP/2022 (ID 1745252)** f. 51.

Foi expedido o termo de **PARALISAÇÃO N. 025/GESCON/SEMPPLAN/2022 (ID 1745341)** f. 2, em 09/09/2022, com 39 (trinta e nove) dias de saldo de execução.

A primeira alteração ao contrato (ID 1745352), em 16 de novembro de 2022, alterando o termo de prorrogação do contrato administrativo e prorrogação do prazo de vigência do contrato até 17/03/2023.

A segunda alteração ao contrato (ID 1745370), em 21 de dezembro de 2022, alterando o termo de aditivo de valor ao contrato administrativo, no valor de R\$ 178.872,04, conforme despacho nº 887/GESCON/SEMPPLAN/2022 e parecer jurídico nº 1208/PGM/PMJP/2022, o valor final do contrato com o aditivo

citado acima passará a ser de **R\$ 898.778,30 (oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta centavos)**.

Foi expedido o **TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N. 001/GESCON/SEMPPLAN/2023**, em 03 de janeiro de 2023 (ID 477067) f. 17.

A terceira alteração ao contrato (ID 1745370), em 02 de fevereiro de 2023, prorrogando o prazo de execução da obra por 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de fevereiro de 2023 e de vigência do contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 17 de março de 2023.

Foi expedido o termo de **PARALISAÇÃO N. 010/GESCON/SEMPPLAN/2023** em 31 de março de 2023 (ID 1745370) com 11 (onze) dias de saldo de execução.

Foi expedido o **TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N. 020/GESCON/SEMPPLAN/2023**, em 05 de junho de 2023 (ID 477080) f. 18.

A quarta alteração ao contrato (ID 477080), em 06 de junho de 2023, prorrogando o prazo de execução da obra por 60 (sessenta) dias, contados depois do esgotamento do prazo anteriormente pactuado e depois de reiniciada a obra e de vigência do contrato por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 14 de junho de 2023, até o dia 12 de outubro de 2023.

Foi expedido o termo de **PARALISAÇÃO N. 027/GESCON/SEMPPLAN/2023** em 20 de julho de 2023 (ID 477087) com 26 (vinte e seis) dias de saldo de execução.

Foi expedido o **TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N. 027/GESCON/SEMPPLAN/2023**, em 21 de agosto de 2023 (ID 477490) f. 22.

Foi expedido a ordem de **PARALISAÇÃO N. 030/GESCON/SEMPPLAN/2023** em 31 de agosto de 2023 (ID 477490) com 15 (quinze) dias de saldo de execução.

A quinta alteração ao contrato (ID 477496), em 11 de outubro de 2023, alterando a razão social e prorrogando o prazo de vigência do contrato por 02 (dois) meses, a contar de 12 de outubro de 2023, até o dia 12 de dezembro de 2023.

Foi expedido o **TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N. 034/GESCON/SEMPPLAN/2023**, em 24 de outubro de 2023 (ID 477496) f. 30.

Obra concluída com **TERMO DE RECEBIMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA OBRA DEFINITIVO (ID 944445)**.

1.2 DA EXECUÇÃO DA OBRA DE LANÇAMENTO DE EFLUENTES TRATADOS PELA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE) DO RESIDENCIAL MORAR MELHOR II

1.2.1 - DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DO CONTRATO

A fiscalização técnica do contrato está a cargo do servidor, engenheiro civil, Edward Luis Fabris, designado pela Portaria nº 071, de 20 de julho de 2022 (ID 1745252) f. 53.

1.2.2 - DO GESTOR DO CONTRATO

Por meio da Portaria nº 070, de 20 de julho de 2022, (ID 1745252) f. 52, foi designada a Sra. Viviane Simonelli Faria para o exercício das funções de Gestora de Contrato.

1.2.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO

A obra encontra-se CONCLUÍDA, conforme o **TERMO DE RECEBIMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA OBRA DEFINITIVO (ID 944445)** em 11/06/2024 e com três medições do contrato, três medições do aditivo do valor e três medições do reajuste financeiro com percentual de 61,09% de evolução, conforme abaixo:

DEMONSTRATIVO DE MEDIÇÃO, NOTA FISCAL E SALDO DO CONTRATO

VALOR CONTRATO	MEDIÇÃO			NOTA FISCAL			TOTAL	SALDO CONTRATO
	Nº	R\$	Id	Nº	R\$	Id	R\$	R\$
R\$719.906,26 (ID 1745252) f. 44-49.	1ª	164.702,99	(ID 477072) f.36	28	164.702,99	(ID 477073) f.17	164.702,99	555.203,27
	2ª	294.661,26	(ID 477082) f.23	32	294.661,26	(ID 477085) f.1	294.661,26	260.542,01
	3ª	44.521,96	(ID 477494) f. 18	36	44.521,96	(ID 477494)	44.521,96	216.020,05
							503.886,21	216.020,05

DEMONSTRATIVO DE MEDIÇÃO, NOTA FISCAL E SALDO DO PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR:

VALOR DO ADITIVO	MEDIÇÃO			NOTA FISCAL			TOTAL	SALDO CONTRATO
	Nº	R\$	Id	Nº	R\$	Id	R\$	R\$
2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL ADITIVO DE VALOR R\$ 178.872,04 (ID 1745370)	1ª	13.653,00	(ID 477072)	29	13.653,00	(ID 477073)	13.653,00	165.219,04
	2ª	112.970,97	(ID 477082)	33	112.970,97	(ID 477085)	112.970,97	52.248,07
	3ª	10.305,24	(ID 477490)	37	10.305,24	(ID 477494)	10.305,24	41.942,83
							136.929,21	41.942,83

DEMONSTRATIVO DE MEDIÇÃO, NOTA FISCAL E SALDO REAJUSTE FINANCEIRO:

VALOR DO REAJUSTE FINANCEIRO	MEDIÇÃO			NOTA FISCAL			TOTAL	SALDO CONTRATO
	Nº	R\$	Id	Nº	R\$	Id	R\$	R\$
5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL REAJUSTE FINANCEIRO R\$ 35.132,24 (ID 477497)	1ª	21.462,89	(ID 477496)	38	21.462,89	(ID 477497)	21.462,89	13.669,35
							21.462,89	13.669,35

Valor do contrato inicial: R\$ 719.906,26

Valor do contrato inicial pago: R\$ 503.886,21

Saldo do contrato: R\$ 216.020,05

Valor do 1º reajuste ao contrato: R\$ 35.132,24

Valor pago do 1º reajuste: R\$ 21.462,89

Saldo do 1º reajuste: R\$ 13.669,35

Valor do 1º aditivo de valor ao contrato: R\$ 178.872,04

Valor pago do 1º aditivo de valor: R\$ 136.929,21

Saldo do 1º aditivo de valor: R\$ 41.942,83

VALOR FINAL DO CONTRATO: R\$ 933.910,54

VALOR PAGO TOTAL DO CONTRATO: R\$ 662.278,31

SALDO: R\$ 271.632,23

2- DOS FATOS

Conforme vistoria realizada em 03/07/2025, conforme solicitação desta fiscalização e registrada nos autos sob ID 1872823, a empresa contratada Sacht Construtora Ltda realizou a conferência do material que seria empregado na confecção de pilares de sustentação para implantação da tubulação no sistema de efluentes da Estação de Tratamento do Residencial Morar Melhor II.

Para maior transparência e a fim de evitar futuras indagações, foi solicitada a presença do responsável técnico da empresa para acompanhar a vistoria destinada à elaboração de planilha visando à quantificação dos materiais a serem indenizados.

A vistoria ocorreu às 08h00 no Almoarifado Central da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná, localizado na Avenida Clóvis Arraes, RO-135, km 1, s/nº (antigo Centro de Eventos Partenon), contando com a presença dos engenheiros Edward Luis Fabris, Daniel de Moura Magalhães Neto e Jheyvison Zaffari dos Santos, representando a Prefeitura Municipal, e do arquiteto Diego Leite e da Sra. Katry Danielly Sacht dos Santos, representando a empresa contratada.

No contrato estava prevista a execução de 333 (trezentos e trinta e três) unidades de pilaretes. Entretanto, a empresa entregou 171 (cento e setenta e uma) unidades de armação de pilares, confeccionadas em conformidade com o Detalhe 01 do projeto, além de estribos destinados à confecção do restante dos pilaretes, conforme registrado na planilha de vistoria ID 1872823.

Tal situação foi devidamente documentada para fins de elaboração da planilha de indenização, uma vez que parte do material previsto não foi transformada em produto final, permanecendo como insumo entregue.

Em 09/06/2025, a contratada protocolou, sob ID 1817692, pedido formal de reconhecimento do valor referente ao material entregue e não utilizado na execução, pleito este vinculado ao presente processo e fundamentado na vistoria realizada.

Do Reconhecimento da Indenização pelos Materiais Entregues: O contrato previa a execução integral de 333 unidades de pilaretes, com fornecimento e instalação completos. Contudo, pela dinâmica de execução e alterações ocorridas, a empresa entregou parcialmente o material em forma de armação e estribos, totalizando 171 unidades prontas e demais insumos correspondentes. Esses itens, embora não instalados, foram efetivamente fornecidos à Administração e encontram-se disponíveis no Almoarifado Central, demandando o reconhecimento financeiro correspondente, cujo valor deverá constar na planilha de ajuste acostada ao ID 1872823.

3 DA BOA FÉ DAS PARTES

Os deveres de conduta emanados da probidade e da boa-fé objetiva devem permear todas as fases do contrato, consoante dispõe o art. 422 do Código Civil:

Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

O Enunciado nº 170 do Conselho da Justiça Federal, também, orienta que a boa-fé objetiva deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato.

De acordo com a lição de Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves, o princípio da boa-fé objetiva é a mais imediata tradução do princípio da confiança e impõe aos contratantes a atuação de acordo com determinados padrões de lisura, retidão e honestidade, de modo a não frustrar a legítima expectativa e confiança despertada em outrem.

Conforme consta no documento identificado sob o número (ID 1745370) - f. 28, a contratada demonstrou sua boa-fé ao proceder com a notificação formal à Secretaria Municipal de Planejamento, com o objetivo de resguardar seu direito à futura indenização pelos custos incorridos na aquisição de materiais previamente à reformulação dos projetos. Ademais, a contratada participou ativamente da reunião realizada com o intuito de discutir e solucionar os problemas técnicos e operacionais apresentados, evidenciando seu compromisso com a execução contratual e a colaboração para a resolução de eventuais entraves, em conformidade com os princípios da transparência e da boa administração pública.

Conforme consta no documento acostado aos autos sob o (ID 1787107), o fiscal do contrato relatou, de forma circunstanciada, a situação envolvendo a solicitação de indenização apresentada pela contratada, referente aos materiais adquiridos antes da alteração do projeto. Adicionalmente, foram apresentados os apontamentos exarados pela Procuradoria Geral do Município no Despacho nº 414/PGM/PMJP/2023 (ID 1745380, fls. 377/378), os quais atestam que a emissão da nota fiscal para aquisição dos materiais ocorreu posteriormente ao conhecimento, pela contratada, da necessidade de alteração do projeto, o que levanta questionamentos quanto à tempestividade e à legitimidade do pleito indenizatório.

Nesse contexto, destaca-se a conduta proba e diligente do fiscal do contrato (ID 1787107), que, em observância aos princípios da legalidade e da transparência, requereu formalmente que a contratada apresentasse documentação comprobatória dos materiais adquiridos antes da reformulação do projeto. Estipulou, ainda, que, após a devida comprovação, os materiais deveriam ser entregues em local designado por despacho oficial, para fins de conferência, quantificação e eventual cálculo do valor indenizatório, assegurando a regularidade do procedimento e a proteção do interesse público.

Diante dessa informação da contratada, foi acostado aos autos do processo a planilha que reconhece o valor a ser ressarcido à **empresa em relação à execução dos serviços de armação dos pilaretes. (ID 1872823) - fl. 3, o valor de R\$ 16.650,93.**

Concluindo:

As ações da empresa e do fiscal do contrato se pautaram de maneira que agiram sem procurar se sobressair uma à outra ou ao bem comum.

4- DA NECESSIDADE E URGÊNCIA

Dispõe o § 8º do art. 20 da IN 04/CGM/PMJP/2024 quanto aos serviços prestados deve-se observar alguns procedimentos, a saber:

§ 8º Quanto à necessidade e importância do serviço contratado ou do produto adquirido, para o bem da administração pública, além da urgência na contratação, a que se refere o inciso V do caput, deve estar evidenciado satisfatoriamente no relatório circunstanciado pela Alta Administração, inclusive evidenciar os fins públicos atendidos.

O inciso III, do § 10 do art. 20 da IN 04/CGM/PMJP/2024 dispõe que:

III - Da necessidade e urgência: Descrever os elementos que comprovem a necessidade da contratação, sua urgência e possível emergência, em detrimento da contratação irregular. Deve ainda motivar os procedimentos administrativos adotados para sanar possíveis irregularidades, incluindo os controles internos promovidos. Neste tópico deve restar comprovado, com os documentos referendados pelo ID, de forma clara e objetiva as providências adotadas para sanar as possíveis impropriedades e a motivação pela contratação de forma irregular;

Nos termos do documento registrado, os serviços executados, referentes à armação dos pilaretes de suporte para tubulações, revestiam-se de relevância e necessidade para o interesse público, conforme expressamente previstos nos projetos técnicos e nas planilhas orçamentárias aprovadas antes da reformulação do projeto. Tais serviços foram planejados e orçados em conformidade com o edital de licitação, atendendo aos requisitos técnicos e às finalidades da administração pública.

Todavia, a execução da armação dos pilaretes foi realizada com base no projeto inicial licitado, sendo posteriormente descontinuada devido a alterações implementadas no projeto revisado. Essa modificação tornou os materiais adquiridos pela contratada incompatíveis com a nova configuração do projeto, onerando o pleito de indenização pelos custos incorridos na aquisição desses materiais, os quais não foram utilizados. O pedido de indenização fundamenta-se na necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto na legislação aplicável e nos princípios da boa-fé contratual e da vedação ao enriquecimento sem causa, (ID 1745370).

5- EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As contratações públicas, precedidas de licitações ou oriundas de contratação direta (sem licitação), em regra, são formalizadas por contratos regulares, ou seja, celebrados de acordo com as normas pertinentes.

Entretanto, em alguns casos, a Administração Pública recebe um produto ou serviço sem prévia contratação regular, hipótese em que, em tese, dá ensejo ao procedimento de reconhecimento de dívida. Isso porque a nova Lei de Licitações estabeleceu em seu art. 147 a possibilidade de saneamento da(s) irregularidade(s).

De toda forma, a Lei 14.133/21 preconiza que as contratações devem ser firmadas entre o Poder Público e o particular via contrato e que, em caso da ocorrência de nulidade contratual, o fornecedor ou prestador de serviço deverá ser indenizado pelo serviço prestado ou fornecimento de material já entregue, justificando assim o pagamento por indenização.

Explica-se, o artigo 149 da Lei 14.133/21 assim assevera:

Art. 149. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa..

O fornecimento de bem ou a prestação de serviços sem cobertura contratual consubstancia-se em afronta ao artigo 95 da Lei 14.133/21, de forma que teríamos um contrato verbal NULO porque não haveria instrumento legitimando o seu cumprimento.

Art. 95. § 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Também consta evidenciado no Decreto Municipal nº 13.208/20 que a - despesa sem cobertura contratual deverá ser objeto de reconhecimento da obrigação de indenizar.

Ao interpretar a norma que autoriza a referida indenização, escreveu Justen Filho:

Configuraria absoluta infração às concepções fundamentais do Estado Democrático de Direito que a invalidade do ato administrativo fosse pretexto para a Administração Pública enriquecer-se indevidamente. Nem teria cabimento que a Administração promovesse a invalidação e remetesse o particular a buscar os direitos de indenização perante o judiciário. A invalidação do ato apenas se aperfeiçoa validamente quando a Administração assegura ao particular a indenização correspondente.

Em 08/2023, o então fiscal do contrato lançou aos autos do processo vinculado à obra da Lançamento de Efluentes tratados pela Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) do Residencial Morar Melhor II, o boletim da 3ª medição de serviços (ID 477492) - fl. 1, e como glossou totalmente os serviços de execução de armações de aço do projeto atualizado, a contratada nada recebeu pela execução da armação dos pilaretes de sustentação dos tubos, uma vez que não constava na nova planilha orçamentária.

Com a nomeação da Comissão Especial (ID 1909240), e a realização de verificação in loco conduzida pelo fiscal da obra, em conjunto com o presidente da referida comissão e o representante legal da contratada, foi elaborado pelo fiscal um relatório detalhado contendo o levantamento da quantidade de armações de pilaretes e estribos entregues no local designado por meio de despacho oficial (ID 1855683). O fiscal apresentou documentação abrangente, composta por planilha orçamentária, projeto original dos pilaretes com seu respectivo detalhamento técnico e relatório fotográfico que registra a contagem e a conferência dos materiais entregues (ID 1872823). Tais documentos visam assegurar a transparência e a regularidade do processo, fornecendo subsídios para a análise do pleito de indenização formulado pela contratada, em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública, bem como com as disposições contratuais aplicáveis.

O valor planilhado das armações dos pilaretes foi de R\$ 16.650,93 (Dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais, noventa e três centavos).

Com o relatório fotográfico apresentado pelo fiscal, na presença de membro da Comissão, constata-se que os materiais moldados conforme projeto anterior foram entregues ao local solicitado via despacho.

A efetiva demonstração da entrega dos materiais legítima a necessidade e urgência no ressarcimento à contratada evitando assim, que a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná se beneficie injustamente (enriquecimento ilícito da Administração), em detrimento da empresa SACTH CONSTRUTORA que executou a devolução de materiais não utilizados e licitados anteriormente, contido no item planilha orçamentária, conforme abaixo descritos:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA LICITADA								
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
7.2			ARMADADURA					45.118,48
7.2.1	92776	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA EDIFICAÇÃO CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF- 12/2015	KG	812,52	20,65	25,22	20 491,75
7.2.2	92775	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA EDIFICAÇÃO CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF- 12/2015	KG	924,08	21,82	26,65	24 626,73

PLANILHA APRESENTADA PELO FISCAL								
Item	Código	Banco	ARMADURA	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
7.2.1	92776	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF- 12/2015	KG	388,17	20,00	24,43	9.482,99
7.2.2	92775	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TERREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF- 12/2015	KG	205,2	21,00	25,65	5.263,38
7.2.3	92971	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM, UTILIZADO EM ESTRUTURAS DIVERSAS, EXCETO LAJES. AF- 12/2015	KG	111,77	13,95	17,04	1.904,56
								16.650,93

Diante do acima descrito, restou efetivamente evidenciado e comprovado que os serviços foram prestados e entregues, e em conjunto com o elemento preço levantado pela Comissão, ou seja, R\$ 16.650,93, faz nascer o direito subjetivo do credor em ser indenizado.

Assim, com base no que dispõe o § 5º, do art. 20 da IN 04/CGM/PMJP/2024, essa Comissão Especial designada através da Portaria nº 001-GAB, de 22 de maio de 2025 DECLARA que os serviços foram efetivamente prestados, e, juntou-se aos autos a nota de reserva orçamentária da SEMOSP que demonstra orçamento para sua quitação.

6 - DOS REGISTROS CONTÁBEIS, DO ORÇAMENTO E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA:

Como já acima relatado, a nota de reserva orçamentária demonstrando disponibilidade financeira para quitação da despesa, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento

6.1 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa deverá ocorrer na ficha orçamentária abaixo mencionada:

FICHA 1053

Unidade: 021601 - GABINETE DO SECRETÁRIO PLANEJAMENTO

Funcional: 04 121 0001 2055

3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Valor da reserva: R\$ 16.650,93

Considerando haver saldo na ficha supracitada visando oportunizar o pagamento ao credor, foi acostado aos autos a Nota de Reserva Orçamentária nº 1282, no (ID 2022710).

7 - DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES:

Essa apuração será iniciada e concluída pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e pela Corregedoria Geral COGER com base no pedido feito por essa SEMPLAN, acatando ao estabelecido no Decreto Municipal 13208/2020, através do memorando nº 036/GAB/SEMPPLAN/2025, de 8/07/2025, (ID 1874656) o qual solicitou a Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de despesa gerada sem cobertura orçamentária.

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

16-30/2025

No dia 25 de setembro de 2025 às 07:17 horas, foi protocolado nesta repartição, sob número 16-30/2025 o presente processo, através de SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMPLAN, referente a PROCEDIMENTO APURATÓRIO (4868) com a finalidade de:

Apurar responsabilidade acerca dos fatos que causaram o dano material no valor de R\$ 16.650,93 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e três centavos) à empresa SACTH CONSTRUTORA, objetivando o ressarcimento à Administração do respectivo valor da indenização a ser suportada pelo ente público, bem como a eventual culpa dos fiscais do contrato pelo aceite do projeto com vício.

Assim, resta evidenciado que essa Secretaria Municipal de Planejamento está acompanhando e instruindo os autos visando apurar e particularizar as condutas dos responsáveis, identificando-os, motivando as condutas que levaram ao procedimento de reconhecimento da obrigação de indenizar.

Nestes autos serão quantificados os possíveis danos e também apuração de possíveis responsabilidades de servidores ou particular, bem como particularizar tais condutas por responsáveis, identificando-os, quantificando possíveis danos, bem como indicar o número do processo administrativo punitivo, em referência, conforme estabelecido no art. 20, inc. VI, do § 10 da IN 04/CGM/2024.

Por fim, após consultas junto à Procuradoria-Geral, houve manifestação daquele ente, através do despacho e relatório anexos aos ids (ID 2191000) e (ID 2190995),respectivamente, que não foi localizada nenhuma ação de cobrança relativo ao valor indicado nos autos, conforme abaixo:

DESPACHO DO PROCESSO INTEGRADO (ID 28)

5-811/2023

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Assunto: SOLICITAÇÃO DE DEFERIMENTO

Despacho:

Em pesquisa na plataforma PJE, do Tribunal de Justiça de Rondônia, não foi localizado no CNPJ n. 08.668.746/0001-80, empresa SACTH CONSTRUTORA LTDA, nenhum processo de cobrança relativo à cobrança do valor indicado no documento de id 1856167 (v. espelho anexo).

MARCOS SIMAO DE SOUZA

Procurador do Município

Assim, resta evidenciado nos autos que não há propositura de ação judicial cujo objeto se refira no todo ou em parte ao crédito discutido administrativamente.

8- DO PREÇO

Os valores a serem pagos à empresa SACTH CONSTRUTORA LTDA., foram apurados com base na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil SINAPI - adotada pela Caixa Econômica Federal e pelo TCU, sendo obrigatória para obras e serviços custeados com recursos públicos federais. Essa tabela garante uma base uniforme de preços para todos os orçamentos, o que facilita a comparação e análise de propostas.

A SINAPI tem referência técnica confiável, vez que a composição dos custos (mão de obra, materiais, equipamentos) é detalhada e segue critérios técnicos bem definidos.

Em licitações públicas, usar a SINAPI reduz o risco de questionamentos por parte de órgãos de controle, garantindo segurança jurídica.

Os preços praticados são confiáveis de forma que não reste dúvidas quanto ao que deve ser indenizado à empresa.

Conforme consta na planilha orçamentária apresentada (ID 1872823) esse valor é de R\$ 16.650,93.

9 - DO RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR:

O item 6 do informativo de jurisprudência nº 39 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (ID 1745703), destaca jurisprudência do STJ no sentido de que o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento

pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados.

Nos termos expostos, é indispensável à Administração o dever de indenizar o credor pelos serviços efetivamente prestados, e desde que tais entregas sejam efetivamente comprovadas.

O objetivo desses autos processuais é encerrar as falhas do ato administrativo promovendo o pagamento ao que é devido por parte da Administração Pública - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Planejamento - à SACHT CONSTRUTORA LTDA., e em ato contínuo propor a apuração de responsabilidade a quem deu a referida causa ao objeto deste procedimento, estabelecendo os requisitos e ponderações a respeito do pagamento por indenização pela Administração Pública Municipal, com fundamento no art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

A Alta Administração dessa Secretaria Municipal de Planejamento, declara pelo reconhecimento da obrigação de indenizar, assinando abaixo o relatório em conjunto com essa Comissão Especial.

Acatando ao estabelecido no Decreto Municipal 13208/2020, foi remetido o memorando nº 036/GAB/SEMPPLAN/2025, de 8/07/2025, através do qual essa SEMPLAN (ID 1874656) solicita à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa - CPSA a Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade de despesa gerada sem cobertura financeira.

Portanto o ato do reconhecimento da dívida está regular, tem amparo nas normas em vigor e, construídos a partir desse decisório e das normas públicas para liquidação de processos, além disso, podem ser uma alternativa ao prejuízo do particular que forneceu/prestou serviços sem prévio empenho e condicionado a perder recursos e valores em favor da Administração.

Hely Lopes Meirelles destaca que:

Todavia, mesmo no caso de contrato nulo ou de inexistência de contrato pode tornar-se devido o pagamento dos trabalhos realizados para a Administração ou dos fornecimentos a ela feitos, não com fundamento em obrigação contratual, ausente, na espécie, mas, sim, no dever moral e legal (art. 59, parágrafo único da Lei n.º 8.666, de 1993) de indenizar o benefício auferido pelo Estado, que não pode tirar proveito da atividade do particular sem o correspondente pagamento. (MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 234.).

O não pagamento da dívida configuraria no enriquecimento ilícito da Administração, vez que o serviço de execução de passeio foi prestado e atende as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (atual gestora do imóvel), contribuindo para o bom funcionamento do imóvel

Ante o acima exposto ressaltamos que o procedimento de pagamento por indenização representa medida de excepcionalidade, considerando ser nula e de nenhum efeito a contratação verbal com a Administração Pública, com base no art. 95, §2º, da nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, competindo aos gestores públicos se adequarem aos ditames da Lei nº 14.133/21, às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e às Normas Gerais de Direito Financeiro (Lei nº 4320/64) em termos de contratação pública, a fim de se assegurar planejamento e responsabilidade no trato das receitas e despesas públicas.

10 - CONCLUSÃO

Requer-se o prosseguimento dos presentes autos administrativos visando à formalização do cumprimento da obrigação de indenizar, referente à despesa continuada realizada sem a devida cobertura orçamentária, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, no valor de R\$ 16.650,93 (dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e três centavos).

Diante dos fatos expostos, solicita-se a emissão de parecer jurídico quanto à natureza da referida despesa, especificamente para fins de enquadramento como Reconhecimento de Dívida ou Indenização, nos termos da legislação aplicável.

DANIEL DE MOURA MAGALHÃES NETO
Presidente da Comissão
[Portaria 55 de 06/11/2025 \(ID 2169936\)](#)

EDWARD LUIS FABRIS
Membro Comissão
[Portaria 55 de 06/11/2025 \(ID 2169936\)](#)

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIM E HENNA

Documento assinado eletronicamente por EDWARD LUIS FABRIS, ENGENHEIRO - ADM, em 18/11/2025 às 16:25, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIM E HENNA

Documento assinado eletronicamente por DANIEL DE MOURA MAGALHAES NETO, ASSESSOR (A) EXECUTIVO - SEMAD, em 19/11/2025 às 08:02, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID 2199326 e o código verificador DFD5E513.

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Memorando 82	19/11/2025	2203531

Referência: [Processo nº 5-811/2023](#) Docto ID: 2199326 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
GERÊNCIA GERAL DE CONTRATOS - GESCON

TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N.011/GESCON/SEMPPLAN/2025

DETERMINA À EMPRESA ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA., REINICIAR A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM PLAYGROUND E QUADRA DE AREIA ORLEANS II, CONTRATO N. 091/PGM/PMJP/2024 - PROCESSO N. 1-10070/2023.

RENATO ANTONIO FUVERKI, Secretário Municipal de Planejamento de Ji-Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e através do [Decreto 0103 de 08/01/2025 \(ID 1495325\)](#).

DETERMINA:

I - O reinício da execução da obra de **CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM PLAYGROUND E QUADRA DE AREIA ORLEANS II**, vinculado ao [Contrato 091 de 16/10/2024 \(ID 1276504\)](#), localizada a Rua Dra. Elaine Altafin, esquina com Geraldo Amante, no Bairro Orleans II, constantes dos autos do Processo Administrativo sob n. 1-10070/2023- SEMES/SEMPPLAN, tendo em vista que o motivo que ensejou a paralisação da execução da obra foi sanado, ou seja, a conclusão da Segunda alteração ao contrato "aditivo de valor" [ALTERAÇÃO CONTRATUAL 2ª ALT. CONTRATO N. 091/PGM/PMJP/2024 de 29/10/2025 \(ID 2151264\)](#).

II- A empresa ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF sob o n. 34.719.674/0001-62, deverá executar os serviços obedecendo rigorosamente às cláusulas contidas no Contrato e Projeto Básico, constantes do Processo Administrativo supracitado.

III- A contratada terá até o dia **17 de novembro de 2025** para realizar a mobilização e retomada da execução da obra.

Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025.

RENATO ANTONIO FUVERKI
Secretário Municipal de Planejamento
[Decreto 0103 de 08/01/2025 \(ID 1495325\)](#)

ENGERAL CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ nº 34.719.674/0001-62
THIAGO MUZUCO BAYLÃO
Representante Legal

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIM E HENNA

Documento assinado eletronicamente por RENATO ANTONIO FUVERKI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO , em 11/11/2025 às 12:12, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIM E HENNA

Documento assinado eletronicamente por THIAGO MUZUCO BAYLÃO, REPRESENTANTE LEGAL, em 17/11/2025 às 12:17, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID 2181960 e o código verificador 0D3F53A0.

Anexos			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal) 2511170024	17/11/2025	2197473

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Memorando 81	18/11/2025	2200215

Referência: [Processo nº 7-10070/2023](#) Docto ID: 2181960 v1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Dados da Publicação

ID: 81165
Protocolo 2511170024
Data/Hora: 17/11/2025 12:28:44
Grupo: 99 - Outras Publicações
Sub-Grupo: 108 - Ordem de Serviço
Usuário: TAIS CORREIA ALVES

Documento

Número: 011
Ano: 2025
Data: 11/11/2025
Descrição: Ordem de Reinício 011

Ementa

Ordem de Reinício

Arquivos da Publicação				
ID	Descrição	Tipo	Data/Hora	Hash MD5
85038	Ordem de Reinício 011	PDF	17/11/2025 12:28:44	5643E54292C5EF7979DEF0B1A75E34FE

Certifico e dou fé que nesta data, procedi a conferência da publicação no portal da transparência deste Ente, dos documentos e arquivos acima descritos, os quais representam fielmente os seus originais.

Desta feita, atesto na forma da lei sua validade para que surtam todos os efeitos de direito inerentes a publicidade destes documentos e arquivos, sendo o presente comprovante juntado aos autos pertinentes.

Ji-Paraná/RO, 17 de novembro de 2025.

TAIS CORREIA ALVES
ASSISTENTE DE PROCURADOR - PGM

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIM E HENNA

Documento assinado eletronicamente por TAIS CORREIA ALVES, DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO, em 17/11/2025 às 12:29, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID 2197473 e o código verificador C0C9D7BF.

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Ordem de Reinício 011	11/11/2025	2181960


Referência: [Processo nº 7-10070/2023](#) Docto ID: 2197473 v1

RELATÓRIO DA COMISSÃO 42 de 18/11/2025, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2199326 e CRC: DFD5E513).

Pág: 9/9



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N.012/GESCON/SEMPLAN/2025

DETERMINA À EMPRESA CONSTRUTORA PARAISO LTDA., REINICIAR A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS COPAS VERDES PORTE - III. CONTRATO N. 080/PGM/PMJP/2025 - PROCESSO N. 1-13050/2024.

RENATO ANTONIO FUVERKI, Secretário Municipal de Planejamento de Ji-Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e através do [Decreto 0103 de 08/01/2025 \(ID 1495325\)](#)

DETERMINA:

I - O reinício da execução da obra de CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS COPAS VERDES PORTE - III - vinculado ao Contrato n. 080/PGM/PMJP/2025 ([ID 1966067](#)), localizada na Rua Valdemar da Silva 3310/3492, S/n - Antiga Av. Projetada 10, Bairro Copas Verdes; Proposta Novo PAC 36000013044/2023, SISMOB n. 19122.0750001/24-014 ([ID 1290921](#)) nos autos do Processo Administrativo sob n. 1-13050/2024- SEMUSA/SEMPLAN, vez que o motivo que ensejou a paralisação da execução da obra foi concluído^[1]

II - A empresa CONSTRUTORA PARAISO LTDA, CNPJ/MF sob o n. 00.541.146/0001-44, deverá executar os serviços obedecendo rigorosamente o cronograma físico-financeiro, às cláusulas contidas no Contrato e Projeto Básico, constantes do Processo Administrativo supracitado.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2025.

RENATO ANTONIO FUVERKI
Secretário Municipal de Planejamento
[Decreto 0103 de 08/01/2025 \(ID 1495325\)](#)

CONSTRUTORA PARAISO LTDA
CNPJ nº 00.541.146.0001/44
IRISLAINE SOUZA FIRME FAZOLO
Representante Legal

[1] Foram executados os serviços de corte e aterro no terreno onde será executada a obra.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

 Documento assinado eletronicamente por **RENATO ANTONIO FUVERKI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO**, em 12/11/2025 às 11:00, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 Documento assinado eletronicamente por **IRISLAINE SOUZA FIRME FAZOLO, Usuário Externo**, em 17/11/2025 às 08:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2184464** e o código verificador **7FD98EBA**.

Seq.	Documento	Anexos	Data	ID
1	Comprovante de Publicação (Portal)	2511170012	17/11/2025	2195401

Seq.	Documento	Documentos Relacionados	Data	ID
1	Memorando 81		18/11/2025	2200215

Referência: [Processo nº 1-13050/2024](#). Docto ID: 2184464 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Dados da Publicação

ID: 81153
Protocolo 2511170012
Data/Hora: 17/11/2025 08:58:46
Grupo: 99 - Outras Publicações
Sub-Grupo: 108 - Ordem de Serviço
Usuário: JOCILEI CRISTINA BARRETO OZAME

Documento

Número: 12
Ano: 2025
Data: 12/11/2025
Descrição: Ordem de Reinício 12

Ementa

TERMO DE REINÍCIO DE SERVIÇOS N.012/GESCON/SEMPLAN/2025 - UBS COPAS VERDES PORTE III.

Arquivos da Publicação

ID	Descrição	Tipo	Data/Hora	Hash MD5	Usuário
85026	Ordem de Reinício 12	PDF	17/11/2025 08:58:46	634227028B8D9E28FC2572B65830B928E	JOCILEI CRISTINA BARRETO OZAME


Certifico e dou fé que nesta data, procedi a conferência da publicação no portal da transparência deste Ente, dos documentos e arquivos acima descritos, os quais representam fielmente os seus originais.


Desta feita, atesto na forma da lei sua validade para que surtam todos os efeitos de direito inerentes a publicidade destes documentos e arquivos, sendo o presente comprovante juntado aos autos pertinentes.

Ji-Paraná/RO, 17 de novembro de 2025.

JOCILEI CRISTINA BARRETO OZAME
DIRETOR (A) DE DEPARTAMENTO - SEMPLAN

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)


 Documento assinado eletronicamente por **JOCILEI CRISTINA BARRETO OZAME, DIRETOR(A) DE DEPARTAMENTO**, em 17/11/2025 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2195401** e o código verificador **07BFE2ED**.


Seq.	Documento	Documentos Relacionados	Data	ID
1	Ordem de Reinício 12		12/11/2025	2184464

Referência: [Processo nº 1-13050/2024](#). Docto ID: 2195401 v1

PORTARIA



Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES



PORTARIA

Nº: 131/2025-PRES/AMT.

Oribe Alves Junior, Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Ji-Paraná AMT, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo anexo I § 1.3 da Lei Municipal nº 2900/2015, e pelo Decreto nº 352/GAB/PMJP/2025;

RESOLVE:


Art. 1º. ceder a servidora **Sheila Ferreira da Silva**, servidora desta Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte - AMT, cargo de Serviços gerais, matrícula 377, para Município de Ji-Paraná, atendendo a solicitação feita através do OFÍCIO Nº 539/GABPREF/2025, o mesmo se da em conformidade com o art. 25 da Lei Municipal número 2900/2015, com ônus integral para o órgão de destino, no período que corresponde de 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026.


Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Ji-Paraná-RO, 19 de novembro de 2024.

ass eletronicamente
Oribe Alves Junior
Presidente da AMT
Dec. nº. 352/GAB/PMJP/24.

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE JI-PARANÁ AMT
Av. Ji-Paraná, 615 Bairro Urupá CEP 76.900-261 Ji-Paraná/RO Tel.3423-6441 ou 3424-5495

 Documento assinado eletronicamente por **ORIBE ALVES JUNIOR, PRESIDENTE - AMT**, em 19/11/2025 às 11:17, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2203757** e o código verificador **03320973**.

Referência: [Processo nº 6-14304/2026](#). Docto ID: 2203757 v1

DECISÕES DO PREFEITO



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 883/GABPREF/2025

PROCESSO: 13280/2025

INTERESSADO: Corregedoria Geral do Município - COGER
ASSUNTO: Apuração de fatos

Vieram os autos para decisão acerca da conclusão sindicância administrativa instaurada pela [Portaria 242 de 21/10/2025 \(ID 2128327\)](#), em atenção ao Memorando n.º 122/PGM/PMJP/2025 que encaminhou o Ofício n.º 000016/2025, expedido pela 5ª Promotoria de Justiça de Ji-Paraná do Ministério Público do Estado de Rondônia, que, por meio da Notícia de Fato nº 2025.0002.012.46320, que trata de denúncia anônima sobre possível carteirada política que teria gerado arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar aberto em face do servidor L. A. A para apurar abandono de cargo em virtude das mais de sessenta faltas ocorridas no ano de 2024.

A Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, em seu [Relatório Final de 06/11/2025 \(ID 2170922\)](#), demonstrou de forma clara e fundamentada que:

- a) A denúncia anônima que deu origem à presente sindicância não encontrou amparo nos elementos de prova analisados;
- b) O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 5-10515/2024, que apurava suposto abandono de cargo pelo servidor, foi devidamente arquivado com base em:
- b.1) Insuficiência de provas da infração disciplinar;
 - b.2) Ausência do elemento subjetivo (animus abandonandi), uma vez que as faltas foram decorrentes de tratamento de saúde devidamente comprovado;
 - b.3) Vícios insanáveis na composição da comissão processante original, que comprometeram a validade do processo;

c) O servidor encontra-se regularmente afastado por motivo de saúde, com previsão de retorno para 02/12/2025;

d) Não há indícios de irregularidade ou favorecimento político (carteirada) no trâmite do PAD anterior ou na conduta do servidor.

Diante da inexistência de fundamento legal ou factual que justifique a continuidade da apuração, e com base no artigo 178, inciso I, da Lei Municipal nº 1.405/2005, determino o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância Administrativa nº 5-13280/2025.

Determino ainda que:

- a) A Secretaria Municipal de Educação SEMED fiscalize o cumprimento da carga horária do servidor após seu retorno às atividades, em 02/12/2025, nos termos do recomendado pela CPSA;
- b) A Secretaria Municipal de Educação promova o arquivamento definitivo dos autos, com as formalidades legais.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 07 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 07/11/2025 às 11:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2173639** e o código verificador **D4E3E3B4**.

Seq.	Nome	Cientes	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662-**	07/11/2025 09:02

Referência: [Processo nº 5-13280/2025](#)

Docto ID: 2173639 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 885/GABPREF/2025

PROCESSO: 6421/2025

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de solução fisiológica, para suprir as necessidades da Gerência de Assistência Farmacêutica da Secretária Municipal de Saúde

Vieram os autos para decisão acerca da anulação parcial do PREGÃO ELETRÔNICO, Nº 90042/2025, cujo objeto é Registro de preço para eventual e futura aquisição de SOLUÇÃO FISIOLÓGICA (água destilada, cloreto de sódio, glicose e ringer), visando a atender as demandas da Gerência de Assistência Farmacêutica e do Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, e consequentemente o cancelamento da homologação, em razão da constatação de vício insanável ocorrido durante a condução do certame.

Considerando o [Parecer 696/PGM/PMJP/2025 de 07/11/2025 \(ID 2173749\)](#), da Procuradoria-Geral do Município, que identificou vício no certame e recomendou a comunicação aos licitantes e a abertura de prazo para manifestações;

Considerando o Despacho da Superintendência de Compras e Licitações, que alertou para a necessidade de formalização prévia desta decisão para viabilizar os atos subsequentes no sistema ComprasGov, em observância ao princípio da segurança jurídica e formalidade;

Considerando a imprescindibilidade de se garantir a legalidade e a moralidade do procedimento licitatório, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

Considerando o interesse público primário que deve orientar a Administração, visando à eficiência e à correta aplicação dos recursos públicos,

DECIDO:

1. Anular parcialmente o procedimento de registro de preço objeto deste Processo Administrativo, em razão do vício constatado pela Procuradoria-Geral do Município, e consequentemente cancelar a homologação.

Os autos deverão retornar à Superintendência de Compras e Licitações para as providências cabíveis.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 10 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 10/11/2025 às 11:06, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2176294** e o código verificador **3AFABBE2**.

Seq.	Nome	Cientes	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662-**	10/11/2025 08:10

Referência: [Processo nº 1-6421/2025](#)

Docto ID: 2176294 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 886/GABPREF/2025

PROCESSO: 1919/2025

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Concessão de Suprimento de Fundos

Senhor Secretário de Fazenda,

Trata-se do pedido de concessão de Suprimento de Fundos em favor da servidora Aline Lara de Carvalho, Diretora do Departamento de Atenção Básica - SEMUSA, em razão dos motivos justificados no [Termo de Referência 172 de 22/10/2025 \(ID 2133253\)](#), no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ressalta-se que, todas as ações relativas ao presente processo deverão estar embasadas na legislação e normas vigentes sobre a matéria.

Diante do exposto, com fundamento nas informações dos setores técnicos competentes, **DECIDO**:

I. Autorizar na forma de Lei, a despesa para Suprimento de Fundos conforme requerido nos autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, datado e assinado eletronicamente.

(assinado eletronicamente)
Diego Donizete da Silva Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 0028/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](#)

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DONIZETE DA SILVA SANTOS, CHEFE DE GABINETE**, em 10/11/2025 às 08:49, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](#), informando o ID **2176606** e o código verificador **89EA13A9**.

Referência: [Processo nº 1-1919/2025](#)

Docto ID: 2176606 v1



DECISÃO N. 887/GABPREF/2025

PROCESSO: 13050/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Construção de Unidade Básica de Saúde (Copas Verdes).

Trata-se de manifestação da Procuradoria-Geral do Município [Despacho nº546/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2176790\)](#), que analisou pedido de alteração da Cláusula Segunda do Contrato nº 080/PGM/PMJP/2025, celebrado com a Construtora Paraíso Ltda., visando adequar o prazo de execução da obra.

Conforme demonstrado, o prazo de execução inicialmente pactuado no contrato foi de 12 (doze) meses, divergindo do estabelecido no cronograma físico-financeiro originário (360 dias) e no edital de licitação (90001-2025), que também previa 360 dias para a execução. A Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLAN) solicitou a correção do termo contratual para harmonizá-lo com os documentos licitatórios e técnicos que embasam a contratação.

A Procuradoria-Geral manifestou-se pela possibilidade jurídica da alteração, uma vez que o cronograma físico-financeiro é peça técnica fundamental para definição do prazo de execução, e a discrepância identificada constitui mero erro material passível de correção por aditamento.

Diante do exposto, e com fundamento no [Despacho nº546/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2176790\)](#), AUTORIZO a celebração de aditivo contratual junto à Construtora Paraíso Ltda., com o escopo único de alterar o Contrato nº 080/PGM/PMJP/2025, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"O prazo para execução da obra será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado a partir da data do recebimento da ordem de início dos serviços."

Recomenda-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde, gestora do contrato, exija e verifique a atualização da documentação de regularidade fiscal da contratada no ato da formalização do aditivo, nos termos da Lei.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 10 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

QUALIFICADA

ASSINATURA

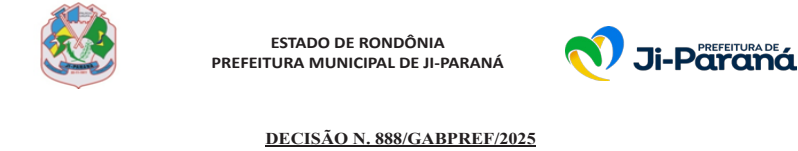
ELETRÔNICA

CERTIFICADO DIGITAL

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 10/11/2025 às 09:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2177173** e o código verificador **5F6F3380**.

Referência: [Processo nº 1-13050/2024](#) Docto ID: 2177173 v1



DECISÃO N. 888/GABPREF/2025

PROCESSO: 13684/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação - SEMED
ASSUNTO: Concessão de diárias

Vieram os autos para decisão a respeito da prestação de contas de diárias concedidas em favor do Secretário Municipal de Educação ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA, conforme [Relatório PRESTAÇÃO DE CONTAS de 06/11/2025 \(ID 2172259\)](#).

Visando subsidiar decisão do Chefe de Gabinete do Prefeito, e em observância aos princípios que norteiam os atos administrativos, o feito fora encaminhado à Controladoria Geral do Município para devida análise técnica.

Em exame aos autos, a Controladoria Geral, emitiu o [Parecer Nº 2429/CGM/PMJP/2025 de 07/11/2025 \(ID 2174381\)](#), *concluindo pela aprovação e homologação da prestação de contas*.

Nestes termos, os autos vieram conclusos para decisão.

A segurança jurídica é um princípio fundamental da administração pública e garante previsibilidade e estabilidade nas relações jurídicas, assim, com fundamento no parecer supracitado, e feitas as considerações necessárias a teor da motivação e dos fundamentados referenciados pela CGM, **DECIDO:**

I - Aprovar na forma da Lei, a prestação de contas de diárias concedidas em favor de ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA, nos termos do inciso I, do artigo 1º do Decreto Municipal n. 7350/2017.

II - Encaminhe-se o feito a Coordenadoria-Geral de Contabilidade para baixa da responsabilidade e posterior arquivamento.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 10 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
Diego Donizete da Silva Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 0028/2025

SIMPLES

ASSINATURA

ELETRÔNICA

LOGO E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DONIZETE DA SILVA SANTOS, CHEFE DE GABINETE**, em 10/11/2025 às 14:39, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2178710** e o código verificador **D2E50741**.

Referência: [Processo nº 1-13684/2025](#) Docto ID: 2178710 v1



DECISÃO N. 889/GABPREF/2025

PROCESSO: 13051/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Construção da UBS Rondon, com metragem de 601,91m², para atender os bairros Rondon I e II, Parque Brasil I e II, Capelasso e Orleans II

Considerando o [Despacho nº547/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2177432\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou o pedido de alteração do prazo de execução do contrato celebrado com a empresa MJR EMPREENDIMENTOS LTDA, para a construção da UBS Rondon;

Considerando que o cronograma físico-financeiro originário da obra previu o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para a execução dos serviços, conforme [Planilha 02. CRONOGRAMA de 20/02/2025 \(ID 1566422\)](#);

Considerando que o edital da concorrência nº 90002-2025 [Documentos Mix Edital de 09/06/2025 \(ID 1809391\)](#) estabeleceu o prazo de execução em 360 (trezentos e sessenta) dias, mantendo-se alinhado ao planejamento técnico inicial;

Considerando que, no ato de formalização do contrato, foi inserido equivocadamente o prazo de execução de 12 (doze) meses, em desacordo com o disposto no edital e no cronograma físico-financeiro;

Considerando o parecer jurídico favorável da Procuradoria-Geral do Município, que atesta a legalidade e a conveniência da alteração proposta;

Considerando a recomendação de que seja atualizada a documentação de regularidade fiscal no ato da formalização da alteração contratual;

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a alteração da Cláusula Segunda Do Prazo de Vigência, Execução e Prorrogação do Contrato nº 079/PGM/PMJP/2025, celebrado com a empresa MJR EMPREENDIMENTOS LTDA, para adequar o prazo de execução da obra ao disposto no edital e no cronograma físico-financeiro.

2. Determinar que o prazo de execução da obra seja fixado em 360 (trezentos e sessenta) dias.

3. Determinar à Secretaria Municipal de Planejamento SEMPLAN e à Procuradoria-Geral do Município que promovam a formalização do aditivo contratual necessário, com a atualização da documentação fiscal da contratada, conforme recomendado.

4. Determinar que as demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 10 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

QUALIFICADA

ASSINATURA

ELETRÔNICA

CERTIFICADO DIGITAL

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 10/11/2025 às 16:08, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2179067** e o código verificador **2F0D116E**.

Referência: [Processo nº 1-13051/2024](#) Docto ID: 2179067 v1



DECISÃO N. 891/GABPREF/2025

PROCESSO: 13809/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Suprimento de fundos, em nome da servidora Renata Benicio Neves Fuverki, ocupante do cargo de Diretora Geral do Hospital Dr. Claudionor Couto Roriz de Ji-Paraná.

Senhor Secretário de Fazenda,

Versam os autos sobre a Autoriza concessão de Suprimento de Fundos em favor da servidora Renata Benicio Neves Fuverki, ocupante do cargo de Diretora Geral do Hospital Dr. Claudionor Couto Roriz de Ji-Paraná, conforme [Pedido de Empenho 6257 de 06/11/2025 \(ID 2172514\)](#), no monante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Ressalta-se que, todas as ações relativas ao presente processo deverão estar embasadas na legislação e normas vigentes sobre a matéria.

Diante do exposto, com fundamento nas informações dos setores técnicos competentes, **DECIDO:**

I. Autorizar na forma de Lei, a despesa para Suprimento de Fundos conforme requerido nos autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, *datado e assinado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)
Diego Donizete da Silva Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 0028/2025

SIMPLES

ASSINATURA

ELETRÔNICA

LOGO E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DONIZETE DA SILVA SANTOS, CHEFE DE GABINETE**, em 11/11/2025 às 08:36, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2180129** e o código verificador **CFD3CCF8**.

Referência: [Processo nº 1-13809/2025](#) Docto ID: 2180129 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 892/GABPREF/2025

PROCESSO: 3651/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em limpeza e desinfecção de caixas d'água para as Unidades Escolares e SEMED

Vieram os autos para decisão acerca da homologação/adjudicação do Pregão, na forma Eletrônica (n. 052/SUPECOL/PMJP/RO/2025), tendo por objeto a Contratação de empresa especializada em limpeza e desinfecção de caixas d'água para as Unidades Escolares e Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o disposto na Lei Federal n. 14.133/2021, que rege as licitações e os contratos administrativos;

Considerando o [Parecer Jurídico n. 698/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2176369\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que atestou a regularidade do procedimento licitatório, sob o aspecto estritamente jurídico, sem ressalvas quanto ao cumprimento das fases legais;

Considerando que o Pregão Eletrônico n. 052/SUPECOL/PMJP/RO/2025 foi conduzido em estrita observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e segregação de funções;

Considerando que a empresa K. A. SERVIÇOS LTDA., CNPJ 39.579.692/0001-00, foi classificada em primeiro lugar, tendo apresentado proposta no valor de R\$ 48.407,28 (quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais e vinte e oito centavos), e que atendeu aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme análise do pregoeiro e da SEMED;

Considerando que a competência para adjudicação e homologação do certame é da autoridade máxima do Executivo Municipal, nos termos do art. 71 da Lei n. 14.133/2021;

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a Homologação do resultado do Pregão Eletrônico n. 052/SUPECOL/PMJP/RO/2025, adjudicando o objeto à empresa K. A. SERVIÇOS LTDA., CNPJ 39.579.692/0001-00, na plataforma do sistema *ComprasGov*.

2. Determinar à Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL que proceda a atualização das certidões de regularidade que tenham expirado durante o trâmite licitatório, conforme recomendação do parecer jurídico.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)

AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2180217** e o código verificador **84961B42**.

Referência: [Processo nº 1-3651/2024](#).

Docto ID: 2180217 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 893/GABPREF/2025

PROCESSO: 13001/2024

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família

ASSUNTO: Repasse de recursos financeiros em favor da AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS - ADRA

Vieram os autos para decisão acerca da celebração de termo de fomento entre o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ e a AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS NOROESTE BRASILEIRA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família, tendo por objeto o repasse de recursos financeiros para o atendimento do Projeto Renascer, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme [Plano de Trabalho "RENASCER" 3ª Edição de 31/10/2024 \(ID 1319193\)](#).

Considerando o [Parecer 12/PGM/PMJP/2025 de 24/01/2025 \(ID 1512865\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que se manifestou pela possibilidade jurídica da formalização da parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 7.689/2017;

Considerando a existência de interesse público na execução do objeto, consistente em ações de assistência social a serem desenvolvidas por organização da sociedade civil sem fins lucrativos, nos moldes do [Plano de Trabalho "RENASCER" 3ª Edição de 31/10/2024 \(ID 1319193\)](#);

Considerando a existência de dotação orçamentária compatível, conforme demonstrado por meio da [NAD - Nota de Autorização de Despesa 6317 de 31/10/2024 \(ID 1323507\)](#), [Reserva de Dotação 1706 de 01/11/2024 \(ID 1323541\)](#) e [Declaração de Adequação Financeira 1706 de 01/11/2024 \(ID 1323540\)](#);

Considerando a manifestação favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família SEMASF, órgão técnico responsável pela análise de mérito do projeto;

Considerando, ainda, a necessidade de regularização documental pela entidade proponente, conforme apontado no item III.2.b do Parecer Jurídico supracitado, especialmente no que tange à atualização de certidões e à comprovação da compatibilidade dos valores pagos a profissionais com os pisos salariais da categoria;

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a celebração de Termo de Fomento entre o Município de Ji-Paraná e a AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS NOROESTE BRASILEIRA ADRA RONDÔNIA, para repasse de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à execução do Projeto Renascer, pelo prazo de 7 (sete) meses, contados da liberação dos recursos.

2. Determinar que a formalização do instrumento fique condicionada ao prévio e integral atendimento das exigências apontadas no Parecer Jurídico nº 12/PGM/PMJP/2025;

3. Designar a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família SEMASF como unidade gestora do Termo de Fomento, competindo-lhe orientar a entidade, monitorar a execução do objeto e fiscalizar a aplicação dos recursos, nos termos do art. 49 do Decreto Municipal nº 7.689/2017.

4. Determinar que a prestação de contas observe rigorosamente o disposto no Decreto Municipal nº 7.689/2017, sob responsabilidade da entidade executora e com acompanhamento do órgão gestor.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br




Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 11/11/2025 às 11:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2181417** e o código verificador **E1A792F5**.

Referência: [Processo nº 1-13001/2024](#).

Docto ID: 2181417 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 894/GABPREF/2025

PROCESSO: 6177/2022
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Convênios para estágio curricular obrigatório supervisionado relativo aos alunos do curso de enfermagem, fisioterapia, psicologia, odontologia, biomedicina e nutrição

Vieram os autos para decisão acerca da prorrogação com efeitos retroativos do convênio n. 002/PGM/PMJP/2023, celebrado entre o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ e a faculdade UNIJIPA - UNIÃO DAS ESCOLAS SUPERIORES DE JI-PARANÁ LTDA, que tem por objeto o estágio supervisionado obrigatório, dos alunos dos cursos de Bacharelado em Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Biomedicina e Nutrição.

Considerando o [Parecer 643/PGM/PMJP/2025 de 28/10/2025 \(ID 2149065\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou a viabilidade jurídica da prorrogação retroativa do Convênio nº 002/PGM/PMJP/2023;

Considerando a manifestação da SEMUSA, que atestou a realização dos estágios pelos discentes da UNIJIPA nas unidades de saúde municipais, sem prejuízos identificados à Administração ou à formação discente;

Considerando a comprovação documental juntada aos autos pela instituição de ensino, referente aos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição, com a apresentação de termos de compromisso, relatórios finais de estágio e controle de frequência;

Considerando a necessidade de conferir segurança jurídica aos atos praticados e de evitar prejuízos aos estudantes, em atenção ao interesse público e ao princípio da eficiência;

Considerando a possibilidade excepcional de convalidação de atos administrativos, nos termos nos termos fundamentados pela PGM;

Considerando a recomendação da PGM no sentido de que seja apurada a responsabilidade pela reiteração da conduta irregular e adotadas providências para celebração de novo ajuste;


- DECIDO:**
1. Convalidar, com efeitos retroativos a 27 de outubro de 2023, o período de vigência do Convênio nº 002/PGM/PMJP/2023, celebrado entre o Município de Ji-Paraná e a UNIJIPA, exclusivamente para os cursos constantes do instrumento original [Contrato CONVÊNIO N. 002/PGM/PMJP/2023 de 01/09/2023 \(ID 297720\)](#), até a elaboração de novo convênio, que deverá ser formalizado com a máxima celeridade.
 2. A convalidação de que trata o item 1 condiciona-se à comprovação pela SEMUSA, do atendimento das recomendações constantes no item II.2 do [Parecer 643/PGM/PMJP/2025 de 28/10/2025 \(ID 2149065\)](#)
 3. Determino à SEMUSA que, notifique a UNIJIPA para que renove o seguro contra acidentes pessoais dos estagiários, se ainda não o tiver feito, e comprove o cumprimento dessa exigência.
 4. Determino a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade pela reiterada conduta de permitir a execução de estágios sem a devida formalização do instrumento convocatório, nos termos do [Parecer 643/PGM/PMJP/2025 de 28/10/2025 \(ID 2149065\)](#).
- A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.


Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br




Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 12/11/2025 às 07:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2181703** e o código verificador **738E65DB**.

Referência: [Processo nº 5-6177/2022](#). Docto ID: 2181703 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 895/GABPREF/2025

PROCESSO: 13346/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração
ASSUNTO: Pagamento de 3 (três) inscrições para participação no 2º Simpósio Nacional One Cursos: Gestão Patrimonial na Administração Pública, a ser realizado nos dias 11 e 14 de novembro de 2025, em Foz do Iguaçu/PR.

Analisado o presente processo, verifica-se que a Secretaria Municipal de Administração SEMAD formalizou a demanda por meio da [Solicitação de Compra - Contratação de Serviços 2033 de 24/10/2025 \(ID 2142851\)](#), fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, que evidenciam a imprescindibilidade da capacitação de servidores lotados naquela unidade, com vistas ao fortalecimento das atividades de gestão patrimonial, contabilidade, controle interno, planejamento e fiscalização de bens públicos.

Constatou-se que o evento em questão é de natureza técnica especializada, promovido exclusivamente pela ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA, conforme atestado pelos documentos de exclusividade e capacidade técnica juntados aos autos ([Atestado Capacidade técnica de 16/10/2025 \(ID 2121363\)](#) a [Atestado Capacidade técnica de 16/10/2025 \(ID 2121366\)](#) e [Proposta ONE CURSOS de 16/10/2025 \(ID 2121387\)](#), não havendo, portanto, possibilidade de competição.

O [Parecer Jurídico n. 700/PGM/PMJP/2025 de 07/11/2025 \(ID 2175754\)](#), manifestou-se favoravelmente à inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo sido atendidas as recomendações nele contidas.

Por intermédio do [Despacho 1312 de 10/11/2025 \(ID 2178445\)](#), o Secretário Municipal de Administração, atestou o integral cumprimento das recomendações feitas pela PGM.

Diante do exposto, com base no disposto no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, inclusive treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando houver inviabilidade de competição em razão da notória especialização do executante, e considerando a exclusividade do evento e a comprovada capacidade técnica da contratada, configura-se hipótese legal para dispensa do procedimento licitatório.

DECIDO:

Ante o relatado e fundamentado, RATIFICO na forma da Lei, o [Termo de Inexigibilidade n. 044/2025 - Inscrição em Curs de 11/11/2025 \(ID 2181102\)](#), autorizando a contratação direta com a ONE EVENTOS CORPORATIVOS LTDA, para fins de pagamento das inscrições no 2º Simpósio Nacional One Cursos: Gestão Patrimonial na Administração Pública, no valor total de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).


A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.


Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 11/11/2025 às 13:18, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2182810** e o código verificador **1D0D8A90**.

Referência: [Processo nº 1-13346/2025](#). Docto ID: 2182810 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 896/GABPREF/2025

PROCESSO: 2263/2025

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Solicitação de convênio entre o Município e o Centro de Ensino Técnico - CEET.

Vieram os autos para decisão acerca do pedido de formalização de convênio entre o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e o CENTRO DE ENSINO TÉCNICO - CEET, tendo por objeto o estágio supervisionado obrigatório dos cursos técnicos de enfermagem e radiologia, conforme Planos de Trabalho [Documentos 2- PLANO DE TRABALHO DO CENTRO DE ENSINO TECNICO-CE de 25/04/2025 \(ID 1713174\)](#) e [Documentos 3\)PLANO DE TRABALHO DO CENTRO DE ENSINO TECNICO EM de 25/04/2025 \(ID 1713175\)](#).

Considerando o [Parecer Jurídico n. 329/PGM/PMJP/2025 de 10/07/2025 \(ID 1883499\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou a legalidade e a conveniência da celebração do convênio de estágio entre o Município de Ji-Paraná e o CEET;

Considerando a necessidade de observância dos requisitos legais para a caracterização do estágio como ato educativo, sem vínculo empregatício, e a importância da parceria para a formação profissional dos educandos;

Considerando as ressalvas e recomendações apontadas no parecer jurídico, que visam a regularidade, a segurança jurídica e o interesse público;

Considerando [Manifestação 00 de 10/11/2025 \(ID 2176960\)](#) do Secretário Municipal de Saúde e o [Despacho 350 de 10/11/2025 \(ID 2176828\)](#), atestando o integral cumprimento das recomendações feitas pela PGM;

DECIDO:


1. Autorizar na forma da Lei, a celebração do Termo de Convênio entre o Município de Ji-Paraná e o Centro de Ensino Técnico CEET, para fins de estágio supervisionado obrigatório dos cursos técnicos em Enfermagem e Radiologia, nos termos da legislação vigente, desde que, cumprida as exigências apontadas no [Parecer Jurídico n. 329/PGM/PMJP/2025 de 10/07/2025 \(ID 1883499\)](#).


A presente decisão não exime a Administração da responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas, nos termos da legislação e do interesse público.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br
 Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 11/11/2025 às 13:18, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2182985** e o código verificador **A83096C9**.

Referência: [Processo nº 7-2263/2025](#).

Docto ID: 2182985 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 897/GABPREF/2025

PROCESSO: 9929/2025

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

ASSUNTO: Prestação de serviço de Lavanderia Hospitalar externa, compreendendo: coleta, transporte, lavagem desinfecção e devolução das peças em condições higiênicas de lavagens de roupas hospitalares em todas as suas etapas

Vieram os autos para decisão acerca do pedido de prorrogação do prazo de vigência e reajuste ao valor do Contrato nº 175/PGM/PMJP/2022, firmado entre o MUNICÍPIO DE JIPARANÁ e LAVMAX LAVANDERIA INDUSTRIAL LTDA, que tem por objeto a prestação de serviço de Lavanderia Hospitalar externa, compreendendo: coleta, transporte, lavagem desinfecção e devolução das peças em condições higiênicas de lavagens de roupas hospitalares em todas as suas etapas, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso.

Considerando o [Parecer Jurídico nº 701/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2178187\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que se manifestou pela possibilidade jurídica da prorrogação do prazo de vigência e do reajuste do contrato em questão;

Considerando que o contrato tem por objeto a prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar externa, essenciais ao funcionamento do Hospital Municipal e à continuidade da assistência à saúde da população;

Considerando a previsão legal de prorrogação contida no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, que autoriza a dilação do prazo por iguais e sucessivos períodos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração;

Considerando a comprovação de regularidade na execução contratual, conforme atestado pelo gestor da SEMUSA;

Considerando a vantajosidade econômica mantida, conforme demonstrado por meio de pesquisa de preços acostada aos autos ([Cotação MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS de 28/08/2025 \(ID 2003769\)](#), [Cotação RELATÓRIO UNIFICADO DAS PESQUISAS DE PREÇOS de 28/08/2025 \(ID 2003770\)](#) e [Cotação CONSOLIDADO de 28/08/2025 \(ID 2003771\)](#));

Considerando a concordância expressa da contratada com a prorrogação e o reajuste ([E-mail LAVMAX de 12/08/2025 \(ID 1960674\)](#));

Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira devidamente comprovada para o exercício de 2026 ([Declaração de Adequação Financeira 1835 de 28/10/2025 \(ID 2147521\)](#), [Reserva de Dotação 1835 de 28/10/2025 \(ID 2147522\)](#) e [Declaração de existência de recursos com despesa prevista para o exercício de 2026 de 28/10/2025 \(ID 2147820\)](#));

Considerando, ainda, que a prorrogação se encontra dentro do limite máximo de 60 meses previsto em lei;

Considerando, por fim, que a contratada atendeu às recomendações do parecer jurídico no que se refere à atualização da documentação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme comunicado formal pela SEMUSA [Despacho 353 de 11/11/2025 \(ID 2182116\)](#);

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 175/PGM/PMJP/2022 por mais 12 (doze) meses, a contar de 12/12/2025, estendendo-se até 12/12/2026;


2. Autorizar o reajuste do valor contratual com base no índice oficial, conforme cálculo apresentado pela Gerência de Contabilidade de Sistema de Custo [Despacho 002/2025 de 28/08/2025 \(ID 2003371\)](#), aplicável exclusivamente às parcelas vincendas, ou seja, o valor de referência a ser reajustado conforme solicitado com base no índice IGP-M passa de R\$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos) para R\$ 13,30 (treze reais e trinta centavos) valor unitário.


A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 11 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br
 Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:27, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2183245** e o código verificador **4B30F6DC**.

Referência: [Processo nº 5-9929/2025](#).

Docto ID: 2183245 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



PREFEITURA DE
Ji-Paraná



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



PREFEITURA DE
Ji-Paraná

DECISÃO N. 898/GABPREF/2025

PROCESSO: 15330/2024
INTERESSADO: Jose Fatimo Mendonça
ASSUNTO: Pedido de Remissão de Débitos de IPTU Exercícios 2020 a 2024

Vieram os autos para decisão acerca do pedido de remissão de débitos tributários de IPTU, referente aos exercícios de 2020 a 2024 do imóvel, denominado lote 00341, quadra 0014, setor 502, situado à Rua E, nº 341, Bairro Mario Andreazza, neste Município de Ji-Paraná/RO, sob a alegação de que é portador de moléstia descrita nos laudos médicos anexados aos autos.

Considerando o [Parecer Parecer n. 131/PGM/PMJP/2025 de 08/04/2025 \(ID 1668629\)](#) emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou a legalidade e a adequação do pedido de remissão de débitos tributários de IPTU, nos termos do art. 317 do Código Tributário Municipal;

Considerando a comprovação documental nos autos, que demonstra a situação de vulnerabilidade socioeconômica do requerente, inclusive com laudo médico que atesta doença renal coronariana e realização de procedimento cirúrgico de revascularização do miocárdio, além de aposentadoria por incapacidade permanente no valor de um salário mínimo;

Considerando o disposto no inciso I do art. 317 do Código Tributário Municipal, que autoriza a concessão de remissão com base na situação econômica do sujeito passivo;

Considerando que não há impedimento legal para o deferimento do pleito, uma vez presentes os requisitos legais e comprovada a hipossuficiência financeira do contribuinte;

DECIDO:

1. Deferir na forma da Lei, a remissão total dos débitos de IPTU do imóvel situado à Rua E, nº 341, Bairro Mario Andreazza, lote 00341, quadra 0014, setor 502, cadastro imobiliário nº 18984, referentes aos exercícios de 2020 a 2024, em favor de José Fatimo Mendonça.

2. Determino à Secretaria Municipal de Fazenda que adote as providências necessárias para o cancelamento dos débitos objeto desta remissão, bem como a atualização do cadastro imobiliário, com a baixa dos valores mencionados.


A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, em específico o [Parecer Parecer n. 131/PGM/PMJP/2025 de 08/04/2025 \(ID 1668629\)](#), posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.


Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2184125** e o código verificador **A70891CA**.

Referência: [Processo nº 2-15330/2024](#).

Docto ID: 2184125 v1

DECISÃO N. 899/GABPREF/2025

PROCESSO: 4794/2019
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
ASSUNTO: Prorrogação de vigência de termo de autorização de uso de bem público

Vieram os autos para decisão acerca da renovação de autorização de uso de bem público celebrado entre o MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ e a COOPERATIVA DE TRABALHO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO E SERVIÇOS COOPERETESS, cujo objeto é a autorização de uso e a utilização de forma gratuita o sistema de tratamento de esgoto, de propriedade do município.

Considerando o [Despacho N. 492/PGM/PMJP/2025 de 17/10/2025 \(ID 2123547\)](#) jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município;

Considerando que o termo de autorização de uso de bem público, objeto do presente processo, teve sua vigência exaurida em 20 de agosto de 2024, sem que houvesse a prorrogação tempestiva do ajuste;

Considerando que a orientação da Advocacia-Geral da União, consubstanciada na Orientação Normativa nº 3/2009, e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão nº 451/2000, vedam a prorrogação de ajustes após o término de sua vigência, por configurar ato nulo;

Considerando que a continuidade da execução do objeto após a extinção do termo caracteriza prestação de serviços sem o devido suporte legal, impondo-se a suspensão imediata e a apuração de responsabilidades;

DECIDO:

1. NEGAR o pedido de prorrogação do termo de autorização de uso de bem público, em face da extinção do ajuste pela superação do prazo de vigência sem renovação tempestiva.

2. DETERMINAR à Secretaria Municipal de Ambiente SEMEIA que:
a) comunique formalmente à COOPERETESS a imediata suspensão de quaisquer atividades realizadas com base no termo extinto;
b) adote as medidas cabíveis para apuração de responsabilidades decorrentes da execução irregular do objeto após 20 de agosto de 2024;
c) instrua, se for o caso, procedimento próprio para eventual pagamento indenizatório pelos serviços prestados no período de vacuidade contratual, observada a legislação aplicável.

3. ORIENTAR que, Seja promovida a celebração de novo instrumento jurídico, por meio de procedimento legalmente adequado.


A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.


Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2184979** e o código verificador **E7F9A1A1**.

Referência: [Processo nº 5-4794/2019](#).

Docto ID: 2184979 v1



PROCESSO[e]: 1-5983/2025
INTERESSADO: Corregedoria-Geral do Município
ASSUNTO: Contratação de prestação de serviços postais e similares pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, com o objetivo de atender às necessidades administrativas da Corregedoria Geral do Município de Ji-Paraná/RO, abrangendo o envio de correspondências oficiais, notificações e aquisições de produtos postais

Trata-se de processo autuado pela Corregedoria-Geral do Município, visando a Contratação de prestação de serviços postais e similares pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, com o objetivo de atender às necessidades administrativas da Corregedoria Geral do Município de Ji-Paraná/RO, abrangendo o envio de correspondências oficiais, notificações e aquisições de produtos postais, pelo período inicial de 05 (cinco) anos, prorrogável até 10 (dez) anos, por dispensa de licitação convencional.

Instada a manifestar-se sobre a regularidade dos atos, a Procuradoria-Geral emitiu o [Parecer Jurídico n. 589/PGM/PMJP/2025 de 10/10/2025 \(ID 2107470\)](#), concluindo que o feito se encontra, apto para homologação/adjudicação, ressalvadas as recomendações do parecer jurídico quanto à complementação documental.

A COGER em atendimento as recomendações apontadas pela PGM, instruiu o feito com os documentos solicitados.

Ante ao exposto, e tendo como fundamento a manifestação supramencionada da Procuradoria e Corregedoria, HOMOLOGO o [Termo de Dispensa 045-2025 de 11/11/2025 \(ID 2183224\)](#), na forma do art. 71, inciso IX, da Lei Federal n. 14.133/21 e ADJUDICO o procedimento em favor da empresa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, com inscrição no CNPJ sob o nº 34.028.316/0001-03.

Cumpra-se. Publique-se.

Ji-Paraná, data da assinatura eletrônica.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 04:30, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2186404** e o código verificador **A64F01E4**.

Referência: [Processo nº 1-5983/2025](#). Docto ID: 2186404 v1



DECISÃO N. 901/GABPREF/2025

PROCESSO: 7762/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO:Eventual e futura aquisição de insumos médico-hospitalares para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal

Vieram os autos ao Gabinete do Prefeito para decisão a respeito da homologação do Pregão Eletrônico 054/2025, para registro de preços com critério de julgamento menor preço por item, com modo de disputa aberto, com itens destinados à ampla participação e itens destinados à participação exclusiva de me/epp/equiparadas, tendo por objeto a aquisição de insumos médico-hospitalares para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal.

Visando subsidiar decisão do Chefe do Executivo Municipal, o feito fora encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, que após análise, emitiu o [Parecer Jurídico nº 678/PGM/PMJP/2025 de 11/11/2025 \(ID 2181584\)](#), opinando pela possibilidade jurídica do pedido, desde que cumpridas as recomendações estabelecidas na Conclusão do citado Parecer Jurídico.

A Pregoeira responsável pela condução do certame, por intermédio do [Despacho 900 de 12/11/2025 \(ID 2185002\)](#), remeteu os autos ao Gabinete do Prefeito, atestando o atendimento das recomendações feitas pela PGM - Procuradoria-Geral do Município.

É o relatório, Passo a decidir.

Sem maiores delongas, considero apropriado os argumentos trazidos pela PGM e SUPECOL, para deliberação sobre o caso posto, razão pela qual **DECIDO**:

I - Autorizar na forma da Lei, a homologação/adjudicação do Pregão Eletrônico n. 054/SUPECOL/PMJP/2025 - SRP, no sistema ComprasGov, conforme [Termo de Julgamento PE 054/2025 de 23/10/2025 \(ID 2139238\)](#).

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 13/11/2025 às 12:49, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2186590** e o código verificador **35437E51**.

Referência: [Processo nº 1-7762/2025](#). Docto ID: 2186590 v1



DECISÃO N. 902/GABPREF/2025

PROCESSO: 12227/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais coletados pelo serviço público na zona urbana e distritos do município de Ji-Paraná.

À SUPECOL

Versam os autos sobre a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de disposição ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais coletados pelo serviço público na zona urbana e distritos do município de Ji-Paraná", em razão dos motivos justificados no [Termo de referência Retificado de 06/11/2025 \(ID 2171809\)](#).

Autuada a documentação, houve sua remessa à Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, para análise do procedimento a ser adotado na pretensa contratação.

O corpo técnico da SUPECOL, após examinar a documentação acostadas aos autos, posicionou-se pela [Autorização 211 de 12/11/2025 \(ID 2185661\)](#), classificando o enquadramento da modalidade licitatória a ser adotada no caso em questão, em **Concorrência, na forma Eletrônica**, nos termos da [Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e das legislações e regramentos aplicáveis ao caso em comento.

Sem maiores delongas, considero apropriados os argumentos trazidos pelo Superintendente, para a deliberação sobre o caso posto, razão pela qual **DECIDO**:

I - Autorizar na forma da Lei, a continuidade do procedimento na forma definida pela SUPECOL.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 12 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:25, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2186696** e o código verificador **BB7C24CC**.

Referência: [Processo nº 1-12227/2025](#). Docto ID: 2186696 v1



DECISÃO N. 903/GABPREF/2025

PROCESSO: 14437/2025
INTERESSADO: Secret. Municipal de Indústria, Comércio e Turismo - SEMICTUR
ASSUNTO: Suprimento de fundos

Senhor Secretário de Fazenda,

Vieram os autos para decisão acerca da concessão de Suprimento de Fundos, em favor do servidor **Luiz Adolfo Petinati Domene**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, conforme [Termo de Referência - Suprimento de Fundo 2 de 10/11/2025 \(ID 2178721\)](#).

Ressalta-se que, todas as ações relativas ao presente processo deverão estar embasadas na legislação e normas vigentes sobre a matéria.

Diante do exposto, com fundamento nas informações dos setores técnicos competentes, **DECIDO**:

I. Autorizar na forma de Lei, a despesa para Suprimento de Fundos conforme requerido nos autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, datado e assinado eletronicamente.

(assinado eletronicamente)
Diego Donizete da Silva Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 0028/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DONIZETE DA SILVA SANTOS, CHEFE DE GABINETE**, em 13/11/2025 às 07:29, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2186772** e o código verificador **EA93E8D6**.

Referência: [Processo nº 1-14437/2025](#). Docto ID: 2186772 v1



DECISÃO N. 904/GABPREF/2025

PROCESSO: 14335/2025
INTERESSADO: Gabinete do Prefeito / Coordenadoria de Comunicação
ASSUNTO: Concessão de suprimento de fundos

Senhor Secretário de Fazenda,

Vieram os autos para decisão acerca da concessão de Suprimento de Fundos, em favor do servidor **Danilo Carrilho Cardoso**, Coordenador de Comunicação Social, conforme descrito no [Termo de Referência 12 de 07/11/2025 \(ID 2174992\)](#).

Ressalta-se que, todas as ações relativas ao presente processo deverão estar embasadas na legislação e normas vigentes sobre a matéria.

Diante do exposto, com fundamento nas informações dos setores técnicos competentes, **DECIDO**:

I. Autorizar na forma da Lei, a despesa para Suprimento de Fundos conforme requerido nos autos.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, datado e assinado eletronicamente.

(assinado eletronicamente)
Diego Donizete da Silva Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito
Decreto n. 0028/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2186817** e o código verificador **9FE3B37F**.

Referência: [Processo nº 1-14335/2025](#)

DocId: 2186817 v1



DECISÃO N. 907/GABPREF/2025

PROCESSO: 5679/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Registro de Preços para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado visando suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Vieram os autos para decisão acerca da anulação do Pregão Eletrônico n. 90076/2025 (SRP).

Considerando o exposto no [Despacho 912 de 13/11/2025 \(ID 2189000\)](#) emitido pela Superintendência Permanente de Compras e Licitações SUPECOL, e tendo em vista as alterações promovidas no Estudo Técnico Preliminar ETP e no Termo de Referência TR, que modificaram substancialmente a descrição e as especificações do objeto licitado;

Considerando que tais modificações impactam diretamente as condições originalmente estabelecidas para a apresentação de propostas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90076/2025 (SRP);

Considerando a necessidade de preservar a isonomia entre os licitantes, a regularidade do procedimento licitatório e o atendimento ao interesse público, conforme fundamentado no parecer técnico da SEMUSA ([Esclarecimento 01 de 31/10/2025 \(ID 2157834\)](#)) e na manifestação do licitante ([Documentos MIX Ped. de Esclarecimento - MVP EMPREENDEMENTOS de 30/10/2025 \(ID 2152749\)](#));

DECIDO:

1. Anular o Pregão Eletrônico nº 90076/2025 (SRP), com base nos argumentos apresentados pela SUPECOL e no princípio da autotutela;

2. Determino à SUPECOL que adote as providências necessárias para a reabertura do procedimento licitatório, com base nas novas especificações contidas no ETP e no TR revisados, garantindo a ampla divulgação e a observância dos princípios constitucionais da administração pública.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 13 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2189448** e o código verificador **CADE7826**.

Referência: [Processo nº 1-5679/2025](#)

DocId: 2189448 v1



DECISÃO N. 911/GABPREF/2025

PROCESSO: 13454/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Prorrogação credenciamento de prestação de serviços médicos

Vieram os autos para decisão a respeito da solicitação de renovação do Contrato de Credenciamento Médico n. 075/PGM/PMJP/2023, celebrado com a empresa H.S.R SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, tendo como objeto a prestação de serviços médicos para atendimento de forma complementar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, mediante o fornecimento de Médico Especialista, para realização de plantões e/ou turnos de atendimento nos estabelecimentos de saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Em análise acerca da possibilidade jurídica do pedido, a Procuradoria-Geral do Município, emitiu o [Parecer 05/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2178913\)](#) opinando pela possibilidade jurídica do pedido, **desde que cumpridas as recomendações estabelecidas na Conclusão do citado Parecer Jurídico**.

A SEMUSA, por intermédio do [Despacho 465 de 11/11/2025 \(ID 2181949\)](#) remeteu os autos ao Gabinete do Prefeito, atestando o atendimento das recomendações feitas pela PGM, e motivando as razões para o deferimento da pretensa prorrogação.

É o relatório, Passo a decidir.

Sem maiores delongas, considero apropriado os argumentos trazidos pela PGM e SEMUSA, para deliberação sobre o caso posto, razão pela qual **DECIDO**:

I - Autorizar na forma da Lei, a formalização da pretensa alteração contratual, prorrogando-se o prazo de vigência ao Contrato de Credenciamento n. 075/PGM/PMJP/2023, por mais 12 (doze) meses, conforme requerido pela SEMUSA, a contar do seu vencimento;

II - Determinar que a formalização do instrumento fique condicionada ao prévio e integral atendimento das exigências apontadas no [Parecer 05/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2178913\)](#).

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2192195** e o código verificador **FA982331**.

Referência: [Processo nº 5-13454/2025](#)

DocId: 2192195 v1



DECISÃO N. 912/GABPREF/2025

PROCESSO: 14393/2025
INTERESSADO: SUPECOL - SUP PERM COMPRAS E LICITAÇÕES
ASSUNTO: Pagamento de taxa de inscrição para participação do curso Workshop Prático: Inteligência Artificial nas Contratações Públicas e Rotinas Administrativas: Incluindo ETP, TR, Dashboard, Análise de Planilhas e Inconformidades Processuais e Tópicos Especiais em Fiscalização de Contratos a ser realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2025.

À SUPECOL

Versam os autos sobre o Pagamento de taxa de inscrição para participação do curso WORKSHOP PRÁTICO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E ROTINAS ADMINISTRATIVAS: Incluindo ETP, TR, Dashboard, Análise de Planilhas e Inconformidades Processuais e Tópicos Especiais em Fiscalização de Contratos a ser realizado nos dias 25 a 27 de novembro de 2025, visando atender as necessidades da Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, em razão dos motivos justificados no [Termo de Referência 2 de 11/11/2025 \(ID 2183707\)](#).

Autuada a documentação, houve sua remessa à Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, para análise do procedimento a ser adotado na pretensa contratação.

O corpo técnico da SUPECOL, após examinar a documentação acostadas aos autos, posicionou-se pela [Autorização 212 de 13/11/2025 \(ID 2190581\)](#), classificando o enquadramento da modalidade licitatória a ser adotada no caso em questão, em **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos da [Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e das legislações e regramentos aplicáveis ao caso em comento.

Sem maiores delongas, considero apropriados os argumentos trazidos pelo Superintendente, para a deliberação sobre o caso posto, razão pela qual **DECIDO**:

I - Autorizar na forma da Lei, a continuidade do procedimento na forma definida pela SUPECOL.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2192591** e o código verificador **0CD839D2**.

Referência: [Processo nº 1-14393/2025](#)

DocId: 2192591 v1

Seq.	Nome	Cientes	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662.**	14/11/2025 10:55



DECISÃO N. 913/GABPREF/2025

PROCESSO: 13546/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Prorrogação credenciamento de prestação de serviços médicos

Vieram os autos para decisão a respeito da solicitação de renovação do Contrato de Credenciamento Médico n. 046/PGM/PMJP/2023, celebrado com a empresa CLÍNICA ALPHA SERVIÇOS MÉDICOS DE SAÚDE tendo como objeto a prestação de serviços médicos para atendimento de forma complementar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, mediante o fornecimento de Médico Especialista, para realização de plantões e/ou turnos de atendimento nos estabelecimentos de saúde, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Em análise acerca da possibilidade jurídica do pedido, a Procuradoria-Geral do Município, emitiu o [Parecer 05/PGM/PMJP/2025 de 10/11/2025 \(ID 2178913\)](#) opinando pela possibilidade jurídica do pedido, **desde que cumpridas as recomendações estabelecidas na Conclusão do citado Parecer Jurídico**.

A SEMUSA, por intermédio do [Despacho 466 de 11/11/2025 \(ID 2181976\)](#) remeteu os autos ao Gabinete do Prefeito, atestando o atendimento das recomendações feitas pela PGM, e motivando as razões para o deferimento da pretensa prorrogação.

É o relatório, Passo a decidir.

Sem maiores delongas, considero apropriado os argumentos trazidos pela PGM e SEMUSA, para deliberação sobre o caso posto, razão pela qual **DECIDO**:

I - Autorizar na forma da Lei, a formalização da pretensa alteração contratual, prorrogando-se o prazo de vigência ao Contrato de Credenciamento n. 046/PGM/PMJP/2023, por mais 12 (doze) meses, conforme requerido pela SEMUSA, a contar do seu vencimento;

II - Determinar que a formalização do instrumento fique condicionada ao prévio e integral atendimento das exigências apontadas no Parecer Jurídico supramencionado.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 13:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2192621** e o código verificador **D4C5050D**.

Referência: [Processo nº 5-13546/2025](#).

Docto ID: 2192621 v1



DECISÃO N. 914/GABPREF/2025

PROCESSO: 12285/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Família - SEMASF
ASSUNTO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de passagens terrestres.

Vieram os autos para decisão acerca da homologação do Pregão Eletrônico n. 071/SUPECOL/PMJP/RO/2025 - SRP, tendo por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição passagens terrestres em âmbito nacional, compreendendo: emissão; remarcação/alteração; cancelamento; reembolso de bilhetes de passagens, assim como serviços correlatos, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF.

Considerando o disposto no [Parecer Jurídico n. 707/PGM/PMJP/2025 de 12/11/2025 \(ID 2185360\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que atestou a regularidade do procedimento licitatório, sob o aspecto estritamente jurídico, ressalvada a análise de mérito dos atos praticados pelo pregoeiro;

Considerando que o certame foi conduzido na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o regime de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de passagens terrestres em âmbito nacional, com valor estimado de R\$ 134.075,32 (cento e trinta e quatro mil, setenta e cinco reais e trinta e dois centavos);

Considerando que a competência para o julgamento das propostas e a análise documental de habilitação é atribuição do pregoeiro, nos termos do princípio da segregação de funções;

Considerando a recomendação do órgão jurídico no sentido de que sejam atualizadas as certidões de regularidade que vencerem no curso do procedimento, antes da formalização dos contratos,

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a Homologação do Pregão Eletrônico n. 071/SUPECOL/PMJP/RO/2025 SRP, realizado para registro de preços destinado à aquisição de passagens terrestres em âmbito nacional, adjudicando o objeto às empresas classificadas pelo pregoeiro, conforme consta do [Relatório Julgamento e Habilitação de 29/10/2025 \(ID 2149719\)](#), observada a ordem de classificação e os valores propostos, no sistema *ComprasGov*.

2. Determinar à SUPECOL que, antes da celebração dos contratos ou das respectivas atas de registro de preços, promova a atualização das certidões de regularidade que tenham expirado durante o trâmite do procedimento.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 13:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2192882** e o código verificador **FCE3D4AD**.

Referência: [Processo nº 1-12285/2024](#).

Docto ID: 2192882 v1



DECISÃO N. 915/GABPREF/2025

PROCESSO: 6311/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E MONITORAMENTO, compreendendo equipamentos, instalação, suporte e manutenção por comodato para as áreas internas e externas dos prédios da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária SEMAGRI e do Feirão do Produtor do 1º Distrito.

Vieram os autos para decisão acerca da anulação da Dispensa Eletrônica n. 90038/2025, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E MONITORAMENTO compreendendo equipamentos, instalação, suporte e manutenção por comodato para as áreas internas e externas dos prédios da SECRETARIA MUNIUCIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA SEMAGRI e do Feirão do Produtor 1º Distrito.

Considerando o relatório técnico-jurídico apresentado pela Agente de Contratação, [Despacho 923 de 14/11/2025 \(ID 2191954\)](#), que apontou inconsistências no Termo de Referência que embasou a dispensa de licitação em questão;

Considerando que a exigência de registro no CREA foi inserida sem justificativa técnica adequada, incompatibilizando-se com o objeto da contratação e comprometendo a legalidade do procedimento;

Considerando a necessidade de observância estrita aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a administração pública;

Considerando o interesse público e a imperiosa necessidade de regularidade dos atos administrativos;

DECIDO:

1. Anular a Dispensa de Licitação nº 38/SUPECOL/PMJP/2025, com fundamento nas irregularidades técnicas e legais identificadas no Termo de Referência.

2. Autorizar a publicação de novo procedimento licitatório, observadas as disposições legais aplicáveis, para atender à necessidade da Pasta requisitante.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2193238** e o código verificador **38CC5F86**.

Referência: [Processo nº 11-6311/2025](#).

Docto ID: 2193238 v1



DECISÃO N. 916/GABPREF/2025

PROCESSO: 8928/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: Eventual e futura aquisição de insumos médico-hospitalares (lanceta para punção e tiras de teste para avaliar glicose) para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde

Vieram os autos para decisão acerca da homologação do Pregão Eletrônico n. 90059/2025, para registro de preços tendo por objeto a aquisição de insumos médico-hospitalares para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o [Parecer 708/PGM/PMJP/2025 de 12/11/2025 \(ID 2185746\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou a regularidade do procedimento licitatório;

Considerando a observância das fases previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial o cumprimento dos prazos de publicação e apresentação de propostas;

Considerando a competência do pregoeiro para o julgamento das propostas;

Considerando a necessidade de complementação documental referente à habilitação das empresas vencedoras, conforme apontado no parecer jurídico;

Considerando o [Despacho 924 de 14/11/2025 \(ID 2192162\)](#), emitido pela Pregoeira responsável pelo certame, atestando o cumprimento da recomendação feita pela PGM;

DECIDO:

1. Autorizar na forma da Lei, a homologação/adjudicação do Pregão Eletrônico nº 059/SUPECOL/PMJP/2025 - SRP, no sistema *ComprasGov*.

2. Determinar que, antes da formalização dos contratos ou da emissão das respectivas atas de registro de preços, sejam atualizadas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e demais consultas que tenham expirado durante o trâmite do procedimento licitatório.

3. Determinar à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração e eventual aplicação de sanções às empresas que, tendo apresentado proposta para o item 01, deixaram de encaminhar a documentação hábil, nos termos da Lei.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 15:25, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2193585** e o código verificador **66E69BAA**.

Referência: [Processo nº 1-8928/2025](#).

Docto ID: 2193585 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 917/GABPREF/2025

PROCESSO: 13997/2025
INTERESSADO: SEMES

ASSUNTO: Aquisição de playgrounds, destinados à instalação em praças públicas, com a finalidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Esportes

Vieram os autos para decisão acerca do pedido de adesão à Ata de Registro de Preços nº. 02/2024, para aquisição de Playgrounds, oriundo do Pregão Eletrônico Nº 66/GAB/2023, processo administrativo n. 2888/2023, da Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste, junto a empresa A. BRAZ CABRAL, no valor total de R\$ 168.900,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos reais), para aquisição de playgrounds, destinados à instalação em praças públicas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes - SEMES.

Em análise acerca da possibilidade jurídica do pedido, a Procuradoria-Geral emitiu o [Parecer 721/PGM/PMJP/2025 de 14/11/2025 \(ID 2191795\)](#), concluindo ao final pelo deferimento do pedido, condicionado ao atendimento das recomendações constantes no itens III.2 e IV, quanto a documentação de habilitação.

A Secretaria Municipal de Esporte, por intermédio do [Parecer 01 de 14/11/2025 \(ID 2193248\)](#), atestou o saneamento do procedimento, afirmando que o processo se encontra apto para prosseguimento.

Ante ao exposto, e com fundamento nas manifestações técnicas constantes dos autos, **AUTORIZO** a adesão à Ata de Registro de Preços nº. 02/2024, para aquisição de Playgrounds, oriundo do Pregão Eletrônico Nº 66/GAB/2023, processo administrativo n. 2888/2023, da Prefeitura Municipal de Machadinho DOeste, junto a empresa A. BRAZ CABRAL, no valor total de R\$ 168.900,00 (cento e sessenta e oito mil e novecentos reais), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes - SEMES.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 14/11/2025 às 13:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2194136** e o código verificador **B84C74F2**.

Seq.	Nome	Cientes	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662-**	14/11/2025 13:35

Referência: [Processo nº 1-13997/2025](#) Docto ID: 2194136 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 918/GABPREF/2025

PROCESSO: 8744/2025

INTERESSADO: SUPECOL - SUP PERM COMPRAS E LICITAÇÕES

ASSUNTO: Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de desentupimento e limpeza de fossa séptica, bem como de desentupimento e limpeza de tubulações de esgoto

Vieram os autos para decisão acerca recurso administrativo interposto pela empresa Braga e Fim Ltda., questionando a habilitação técnica da empresa EMOPS Serviços de Saneamento e Controle de Pragas EIRELI, com base em alegadas irregularidades quanto à qualificação técnica de sua responsável técnica, validade do licenciamento ambiental e comprovação de condições operacionais exigidas pelo edital.

O recurso foi analisado pelo Presidente Pregoeiro [Despacho 918 de 13/11/2025 \(ID 2190016\)](#), com base nas contrarrazões apresentadas pela empresa EMOPS, bem como no [Memorando 279 de 05/11/2025 \(ID 2165955\)](#), emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que opinou pela procedência do recurso apresentado pela empresa BRAGA E FIM LTDA ME.

5.2.4. Ausência de Declaração de Procedimentos de Segurança Ambiental

Informa-se que não foi identificada a Declaração de Procedimentos de Segurança Ambiental nos documentos apresentados para habilitação técnica pela empresa EMOPS Serviços de Saneamento e Controle de Pragas LTDA [\(ID 2104848\)](#).

Mediante o exposto, opina-se pela procedência do recurso apresentado pela empresa BRAGA E FIM LTDA ME.

Aproveitamos para renovar nossos votos de estima e apreço. Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

João Luiz Barbosa
Secretário Mun. de Meio Ambiente
Dec. 2133/GAB/PMJP/25

Ao julgar o recurso, o Presidente Pregoeiro no mérito entendeu por:

II No mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão que habilitou a empresa EMOPS Serviços de Saneamento e Controle de Pragas EIRELI, por estar em plena conformidade com o edital e a legislação aplicável;

III Determinar a continuação regular do certame, com a manutenção da classificação da empresa EMOPS e o prosseguimento das etapas subsequentes do procedimento licitatório.

Publique-se no sistema Compras.Gov, dê-se ciência às partes interessadas e encaminhem-se os autos à equipe de apoio para as providências cabíveis.

ÂNGELO SIMÕES
Presidente Pregoeiro SUPECOL
DEC 2465/GAB/PMJP/2025

Considerando os princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio do contraditório e da ampla defesa, e com base no princípio da segurança jurídica e da motivação, DECIDO em razão da fundamentação precária por parte do Presidente Pregoeiro, bem como, por divergir da manifestação técnica [Memorando 279 de 05/11/2025 \(ID 2165955\)](#), emitida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, atrelado ao fato de não ter sido concluída a diligência aberta do sistema ComprasGov:

1. Determinar volta à fase de julgamento para registrar junto ao sistema a conclusão da diligência e ainda convocar as empresas remanescentes em ordem de classificação, se efetivamente restar comprovado que a empresa EMOPS Serviços de Saneamento e Controle de Pragas LTDA. não atendeu às diligências, vez que não virem aos autos essa informação e junto ao sistema *ComprasGov*: não há conclusão.

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 14 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/11/2025 às 11:56, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2194323** e o código verificador **65FB320A**.

Seq.	Nome	Cientes	CPF	Data/Hora
1	ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		***.517.662-**	17/11/2025 08:23

Referência: [Processo nº 1-8744/2025](#) Docto ID: 2194323 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECISÃO N. 944/GABPREF/2025

PROCESSO: 4221/2025

INTERESSADO: SEMURFH

ASSUNTO: Proposta/sugestão de alteração na Lei Municipal nº 2150/2011

Vieram os autos para autorização acerca de proposta de alteração da Lei Municipal n. 2150/2011 (Grupo de Fiscalização do Município), que regulamenta o sistema de remuneração por cotas do referido grupo.

Considerando o [Parecer 570 de 02/10/2025 \(ID 2090457\)](#), emitido pela Procuradoria-Geral do Município, que analisou a juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa e aspectos fiscais da proposta;

Considerando que a iniciativa da matéria é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e na Constituição Federal;

Considerando a necessidade de valorização dos servidores públicos integrantes do Grupo de Fiscalização, com base no aumento da demanda de trabalho e no lapso temporal desde a edição da lei original;

Considerando a existência de estudos de [Relatório de Impacto Orçamentário-Financeiro de 13/11/2025 \(ID 2189813\)](#) e a [Declaração do Ordenador de Despesa de 13/11/2025 \(ID 2189912\)](#), que apontam a viabilidade da proposta, desde que observadas as compensações necessárias e o limite prudencial da despesa com pessoal, DECIDO:

DEFERIR a elaboração de Projeto de Lei conforme Minuta [\(ID 2157939\)](#) que apresenta atualização de cotas e adequações na forma de trabalho do Grupo de Fiscalização Municipal, revogando a Lei anterior (Lei 2150/2011 e alterações).

A presente decisão tomou por base os conhecimentos técnicos dos servidores que emitiram as manifestações favoráveis ao pleito, posto que os agentes políticos, como Prefeito, possuem prerrogativas e responsabilidade próprias, que são inerentes ao exercício de funções políticas e de direção superior na Administração Pública.

Publique-se. Cumpra-se.

Ji-Paraná, 19 de novembro de 2025

(assinado eletronicamente)
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/11/2025 às 15:32, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2205145** e o código verificador **AF31B2DA**.

Referência: [Processo nº 1-4221/2025](#) Docto ID: 2205145 v1

DECRETOS



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECRETO N. 2891, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Exonera Paula de Brito Martins, da função gratificada de Gerente de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o teor do Ofício n. 423/2025/SGR/REI/UNIR

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera Paula de Brito Martins, da função gratificada de Gerente de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal de Administração do Município de Ji-Paraná.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10 de novembro de 2025.

Palácio Urupá, em 18 de novembro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL, em 18/11/2025 às 11:38, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID 2198847 e o código verificador 04ADEADE.

Docto ID: 2198847 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



DECRETO N. 2892, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a instituição de equipes de suporte para organização, estruturação e execução das festividades alusivas ao 48º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o Município de Ji-Paraná celebra, neste ano, seu 48º aniversário de emancipação político-administrativa, data de grande relevância histórica, social e cultural para a população;

Considerando que a semana compreendida entre os dias 17 e 23 de novembro é marcada por ações, atividades e solenidades alusivas ao aniversário da cidade;

Considerando que nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2025 serão realizados eventos públicos de grande vulto, com significativa participação popular e atrações de grande repercussão, demandando organização rigorosa e atuação integrada entre as áreas envolvidas;

Considerando a necessidade de assegurar a adequada estruturação, planejamento e execução das atividades, garantindo segurança, eficiência, fluidez operacional e qualidade na prestação dos serviços durante todo o período das festividades;

Considerando a importância de instituir equipes de suporte específicas, com responsabilidades definidas, para assegurar o pleno funcionamento das ações necessárias ao sucesso dos eventos comemorativos;

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas as Equipes de Suporte Operacional responsáveis pela organização e execução das atividades referentes às festividades comemorativas ao 48º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Ji-Paraná, a serem realizadas nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2025.

Art. 2º As Equipes de Suporte Operacional serão estruturadas por áreas específicas de atuação, ficando designado como Responsável (Líder) o primeiro servidor indicado em cada equipe:

I - Logística e Apoio Técnico:

- a) Keila Barbosa da Silva;
- b) Yasmin Mauriele Oliveira Gradini;
- c) Gustavo Atayde Nascimento;
- d) Nathalia Coldebella das Neves;
- e) Cyntia Pergentino Lacerda da Silva;
- f) Pâmela Melo Coelho.

II - Segurança:

- a) Aquila Quenupe Domingos;
- b) Azélia Tomás da Silva;
- c) Elcio Gonçalves da Silva;
- d) Gabriel Strapazon Sanches;
- e) Júlio Cesar Oliveira Alcântara Filho;
- f) Leandro de Jesus Silva;
- g) Oscar Maximiliano da Silva Costa.

III - Cerimonial

- a) Nathaly Thais de Almeida Macedo;
- b) Marcia Chaves dos Santos;
- c) Alesandra Ferreira de Souza Pires;
- d) Luana de Alcântara.

IV - Sonorização, Iluminação e Estruturas de Palco:

- a) Robert Alexsander Piana Fiorotti;
- b) José Felipe Silva Possamai;
- c) Jheferson Soares Damatta;
- d) Abel Oliveira Neves Neto.

V - Limpeza e Manutenção:

- a) Marcelo Prates Roos;
- b) Antônio Pereira Ferreira;
- c) Diego da Silva Rabelo;
- d) Ronnen Barros de Oliveira.

VI - Sistema Elétrico:

- a) José Antônio de Oliveira;
- b) Eliezas Barbosa de Araújo;
- c) Cloves Bento Ferreira;
- d) Joilson Fernandes de Oliveira;
- e) Marcelo Braz da Silva;
- f) Gedeones Gonçalves de Aguiar.

VII - Comunicação e Imprensa:

- a) Danilo Carrilho Cardoso;
- b) Lourrant Cantão Pessoa;
- c) João Guilherme Oliveira Souza.

VIII - Trânsito e Mobilidade:

- a) Aécio Santiago;
- b) Otacílio Júnior Mendes Pinheiro ;
- c) Ariane Ramos da Silva dos Reis;
- d) Cláudio Batista Vale;
- e) Cosmo Lima de Sousa;
- f) Denise Antunes Amaro;
- g) Diani Cardoso de Melo;
- h) Fernando Henrique da Silva;
- i) Gideão Antônio da Cruz Pessoa;
- j) Lis Nathiely Almeida da Silva;
- k) Luís Tiago Oliveira do Nascimento;
- l) Maicon José Meneguetti da Silva;
- m) Paulo César Cestari Ruppenthal;
- n) Romário Elias da Silva;
- o) Thiago Prado Gomes.

IX - Transporte:

- a) Emerson Marques Alves;
- b) Amaury Benedito Junior;
- c) Vinícius Amanti Gonçalves.

X - Fiscalização:

- a) Marcos Pereira dos Santos;
- b) José Flávio Rabelo;
- c) Michele Cardelichio;
- d) Antônio Alves da Rocha Filho;
- e) Maria Cristina Peralta.

Art. 3º Cada área contará com um Responsável (Líder), ao qual competirá:

- I - coordenar a equipe de suporte sob sua responsabilidade;
 - II - resolver as demandas e situações emergenciais relacionadas à sua área de atuação;
 - III - garantir o pleno funcionamento dos serviços a seu cargo durante todo o período do evento;
 - IV - orientar sua equipe quanto aos procedimentos técnicos e operacionais;
 - V - manter comunicação direta e contínua com a Coordenação-Geral do Evento;
 - VI - adotar medidas imediatas para assegurar a organização, segurança, eficiência e qualidade das atividades realizadas.
- Art. 4º A Coordenação-Geral do Evento será exercida pela Fundação Cultural de Ji-Paraná, ao qual competirá:
- I - articular as ações entre as equipes de suporte;
 - II - subsidiar as decisões dos líderes de área;
 - III - determinar priorizações, ajustes e realocações de equipe, quando necessárias;
 - IV - monitorar todas as etapas preparatórias e de execução das festividades;
 - V - emitir orientações gerais para garantir a uniformidade e o bom andamento das atividades.

Art. 5º Os servidores designados para compor as equipes atuarão exclusivamente nas funções determinadas neste Decreto durante os dias do evento, sem prejuízo de suas demais atribuições rotineiras.

Art. 6º A participação dos servidores nas Equipes de Suporte terá caráter prioritário, salvo impedimento devidamente justificado.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, 18 de novembro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br




Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL, em 19/11/2025 às 13:54, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID 2199069 e o código verificador D64B0121.

Docto ID: 2199069 v1



Estado de Rondônia

Município de Ji-Paraná

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2893, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Mem. nº 1068/GABPREF/2025 (ID: 2194356); Memo. nº 155/ADM-SEMASF/2025 (ID: 2200804); Mem. nº 082/SEMFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714) e o Mem. Circular nº 03/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2109175) e o Mem. nº 167/GAB/SEMFAZ/PMJP/2025 (ID: 2124203).

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 168.968,45** (cento e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) distribuído as seguintes dotações:

02 01 01	GABINETE DO PREFEITO	
31	04.122.0001.2068.0000 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	334,38
37	04.122.0001.2068.0000 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	40.000,00
42	04.122.0001.2068.0000 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito 3.3.90.49.00 - AUXÍLIO-TRANSPORTE 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	290,96
02 06 02	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
287	12.365.0002.2030.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGIST. - RIO - Ensino Infantil - Pré-Escola 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 012-039 - FUNDEB - MAGIST. - RIO - Pré-Escola F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	62.262,76
401	12.366.0002.2107.0000 - FOPAG - FUNBEB APOIO - EJA 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÃO RES ESTITUTIVA ES 012-034 - FUNDEB - APOIO - EJA F.R.: 30.1.540.0 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.942,66
02 28 01	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR	
1446	08.122.0001.2051.0000 - Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	34.530,97
1449	08.122.0001.2051.0000 - Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família 3.3.90.47.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	86,72
1453	08.122.0001.2051.0000 - Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES ES 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	11.520,00
02 06 02	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
288	12.365.0002.2030.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGIST. - RIO - Ensino Infantil - Pré-Escola 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOA CIVIL 012-039 - FUNDEB - MAGIST. - RIO - Pré-Escola F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-62.262,76

02 06 02	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-19.942,66
397	12.366.0002.2107.0000 - FOPAG - FUNBEB APOIO - EJA 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 012-034 - FUNDEB - APOIO - EJA F.R.: 30.1.540.0 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	
02 16 01	GABINETE DO SECRETÁRIO RIO DE PLANEJAMENTO	-625,34
1047	04.121.0001.2055.0000 - Manut. Atividades da Secretaria de Planejamento 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
02 28 01	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR	-46.050,97
1445	08.122.0001.2051.0000 - Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
02 28 01	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR	-86,72
1457	08.122.0001.2084.0000 - Fortalecimento do Controle Social 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 002-001 - Recursos Próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	
Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.		

Palácio Urupion, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C.andido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 - Bairro Urupion - Ji-Paraná - Rondônia - CEP 76.900-149 - CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br e-mail: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2205463 e CRC: C1C0F69D

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO					
Tipo do Documento	Identificação/Número	Data			
Decreto	n. 2893, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025			
ID:	2205463	Processo	Documento		
CRC:	C1C0F69D				
Processo:	0-0/0				
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES				
Criação:	19/11/2025 14:36:46	Finalização:	19/11/2025 14:38:59		
MD5:	A0E957238BD02124F0B5E864D0ABD2D3				
SHA256:	EDBA9C9F272F757A646622A51A0E714B1317E564E435981C8B7404A0BC5D17E8				
Súmula/Objeto:	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.				
INTERESSADOS					
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:38:36		
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:38:42		
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:38:48		
ASSUNTOS					
DECRETO	19/11/2025 14:37:46				
CIENTES					
ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	19/11/2025 15:22:13				
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA	19/11/2025 16:14:36				
ASSINATURAS ELETRÔNICAS					
 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:41			
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.					
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:00			
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.					
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205463 e o CRC C1C0F69D.					

DigProc - Gestão Integrada de Documentos e Processos Eletrônicos

Página 1.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2894, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Memorando nº 082/SEMFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o montante de R\$ 2.104.005,03 (dois milhões, cento e quatro mil e cinco reais e três centavos) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.

Art. 2º A presente transposição não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C.andido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 ó Bairro Urupá ó Ji-Paraná ó Rondônia ó CEP 76.900-149 ó CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br ó email: gabinete.jipa@gmail.com



ID: 2205471 e CRC: 120F1DA4



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO/ NICO AO DECRETO Nº2894, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
443	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde de 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	54.319,71
444	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde de 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	1.257.993,64
453	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde de 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	574,00
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - O - ATENÇÃO - O ESPECIALIZADA	
529	10.302.0004.2097.0000 - Manutenção dos Serviços da Hemodiálise (Nefrologia) 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	39.062,00
532	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	95.756,84
534	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	656.298,84
TOTAL: R\$2.104.005,03		

REDUÇÕES

02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - O - ATENÇÃO - O PRIMÁRIA	
498	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde de 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	-136.757,63

Avenida 2 de Abril, 1701 ó Bairro Urupá ó Ji-Paraná ó Rondônia ó CEP 76.900-149 ó CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br ó email: gabinete.jipa@gmail.com



ID: 2205471 e CRC: 120F1DA4



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

499	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde de 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-1.166.071,98
503	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde de 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-68.035,02
507	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde de 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-246.959,48
525	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde de 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-51.872,72
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - O - ATENÇÃO - O ESPECIALIZADA	
1654	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	-1.434,73
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - O - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
604	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde de 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	-50.946,19
605	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde de 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-156.298,84
02 07 09	BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - O - ATENÇÃO - O PRIMÁRIA	
658	10.301.0004.1107.0000 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 010-001 - Recursos de Transf. de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-225.628,44
TOTAL: -R\$2.104.005,03		

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C.andido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 ó Bairro Urupá ó Ji-Paraná ó Rondônia ó CEP 76.900-149 ó CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br ó email: gabinete.jipa@gmail.com



ID: 2205471 e CRC: 120F1DA4



Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2894, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025
ID:	2205471	
CRC:	120F1DA4	
Processo:	0-0/0	
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES	
Criação:	19/11/2025 14:39:37	Finalização: 19/11/2025 14:41:45
MD5:	ED3B19088CCFA120AF5607A12F1B7234	
SHA256:	A4509720C8F628D76A2179BC9E39F87D0BADDE700A85CDB2E63BBA97BCC93BCF	

Súmula/Objeto:

Dispõe sobre a Transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:41:23
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:41:29
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:41:34
ASSUNTOS			
DECRETO			19/11/2025 14:40:33
CIENTES			
ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI			19/11/2025 15:22:14
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA			19/11/2025 16:14:57
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA		19/11/2025 15:17:41
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
 AFFONSO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL		19/11/2025 15:33:01
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205471 e o CRC 120F1DA4.			



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2895, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Memorando nº 082/SEMPAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 926.354,42** (novecentos e vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) distribuido as seguintes dotações:

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
443	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	33.388,11
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	
497	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	613.755,38
502	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	23.852,27
506	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	72.976,20
520	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	1.851,66
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	
533	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	44.221,40
534	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-001 - Recursos de Transferência de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercício Corrente)	80.443,42
539	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	3.896,80
545	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	4.958,72
549	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	200,00
568	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	200,00
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	

1695	10.304.0004.2099.0000 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Sanitária 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-115 - Vigilância em Saúde - Sanitária F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	42.587,11
1696	10.304.0004.2099.0000 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Sanitária 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 010-115 - Vigilância em Saúde - Sanitária F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	150,00
606	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	1.399,93
612	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	1.622,53
635	10.305.0004.2121.0000 - Manutenção dos Serviços dos Agentes de Combate a Endemias 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-107 - Vigilância em Saúde - Agentes de Endemias F.R.: 0.1.604.0 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao F.STN.: 1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	850,89

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Anulação em igual valor das dotações vigentes, nos termos do art. 43, I, Lei 4.320/64.

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-30.961,32
445	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	
02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-2.426,79
450	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Saúde 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da União, destinada à complementação ao	
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	-655.170,49
517	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	-4.140,02
519	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 03	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA	-53.125,00
526	10.301.0004.2101.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 010-100 - Atenção Primária - Principal F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	-53.476,92
555	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 010-123 - CREAMI F.R.: 0.1.621.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	
02 07 04	BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA	-80.443,42
577	10.302.0004.2100.0000 - Manutenção dos Serviços da Atenção Especializada (MAC) 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 010-001 - Recursos de Transferência de Impostos - 15% F.R.: 15.1.500.1002 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exercício Corrente)	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-41.104,00
593	10.304.0004.2099.0000 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Sanitária 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 010-115 - Vigilância em Saúde - Sanitária F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	-259,17
594	10.304.0004.2099.0000 - Manutenção dos Serviços da Vigilância Sanitária 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 010-115 - Vigilância em Saúde - Sanitária F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	





Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-1.373,94
595	10.304.0004.2099.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária 3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - 010-115 - Vigilância em Saúde - Sanitária F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-1.622,53
621	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-1.399,93
633	10.305.0004.2063.0000 - Manutenção dos Serviços de Vigilância e Promoção em Saúde 3.3.90.95.00 - INDENIZAÇÃO POR PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO - 010-113 - Vigilância em Saúde F.R.: 0.1.600.0 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do F.STN.: 1.600 - Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-130,00
637	10.305.0004.2121.0000 - Manutenção dos Serviços dos Agentes de Combate a Endemias 3.1.90.13.00 - OBRIGATORIOS PATRONAIS 010-107 - Vigilância em Saúde - Agentes de Endemias F.R.: 0.1.604.0 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao F.STN.: 1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-130,00
639	10.305.0004.2121.0000 - Manutenção dos Serviços dos Agentes de Combate a Endemias 3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL 010-107 - Vigilância em Saúde - Agentes de Endemias F.R.: 0.1.604.0 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao F.STN.: 1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-130,00
641	10.305.0004.2121.0000 - Manutenção dos Serviços dos Agentes de Combate a Endemias 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO E TRABALHISTAS 010-107 - Vigilância em Saúde - Agentes de Endemias F.R.: 0.1.604.0 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao F.STN.: 1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	
02 07 06	BLOCO DE MANUTENÇÃO - VIGILANCIA EM SAÚDE	-460,89
643	10.305.0004.2121.0000 - Manutenção dos Serviços dos Agentes de Combate a Endemias 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 010-107 - Vigilância em Saúde - Agentes de Endemias F.R.: 0.1.604.0 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao F.STN.: 1.604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao	

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urup, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C. Candido
Prefeito



Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2895, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025
ID:	2205476	Processo
CRC:	B6519F80	Documento
Processo:	0-0/0	
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES	
Criação:	19/11/2025 14:41:58	Finalização: 19/11/2025 14:43:53

MD5:	82F56DE2B7F8DB58412CD6EE409C87E8
SHA256:	0F421353DD199C0297D2D121D05DE52E45F6E53FFACA3B0534725A154016C1C2

Súmula/Objeto:

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:43:33
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:43:38
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:43:44

ASSUNTOS

DECRETO	19/11/2025 14:42:41
---------	---------------------

CIENTES

ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	19/11/2025 15:22:14
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA	19/11/2025 16:15:17

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:41
--	------------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

	AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:02
--	-------------------------	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205476 e o CRC B6519F80.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2896, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Memorando nº 082/SEMFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 112.397,80** (cento e doze mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta centavos) distribuído as seguintes dotações:

02 18 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1645	08.245.0008.2014.0000 - Bloco da Proteção Social Básica 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 018-104 - Proteção Social Básica F.R.: 0.1.660.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F.STN.: 1.660 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -	37.488,72
1646	08.245.0008.2014.0000 - Bloco da Proteção Social Básica 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 018-104 - Proteção Social Básica F.R.: 0.1.660.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F.STN.: 1.660 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -	50,00
1181	08.245.0009.2012.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 018-001 - Recursos próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	74.559,08
1186	08.245.0009.2012.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 018-001 - Recursos próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	300,00

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Anulação em igual valor das dotações vigentes, nos termos do art. 43, I, Lei 4.320/64.

02 18 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-74.859,08
1160	08.245.0008.2014.0000 - Bloco da Proteção Social Básica 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 018-001 - Recursos próprios do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	

02 18 01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-37.538,72
1161	08.245.0008.2014.0000 - Bloco da Proteção Social Básica 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 018-104 - Proteção Social Básica F.R.: 0.1.660.0 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - F.STN.: 1.660 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social -	

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urup, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C. Candido
Prefeito





Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2896, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025

ID: 2205479

CRC: 45511F19

Processo: 0-0/0

Usuário: ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação: 19/11/2025 14:44:30 Finalização: 19/11/2025 14:46:34

MD5: 94BE55BE5E631A8C60BD3F8BED750204

SHA256: 955903E1ADD370DE388C51AACBF97E70B68856B599D730DBC197D9A26CA38C8B

Súmula/Objeto:
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:46:10
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:46:16
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:46:21

ASSUNTOS

DECRETO	19/11/2025 14:45:22
---------	---------------------

CIENTES

ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	19/11/2025 15:22:14
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA	19/11/2025 16:15:40

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:41
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:02

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205479 e o CRC 45511F19.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2897, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Ofício nº 347/FCJP/2025/RO (ID: 2202642).

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o montante de R\$ 113.600,00 (cento e treze mil e seiscentos reais) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.

Art. 2º A presente transposição não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C, ndido
Prefeito

Avenida 2 de Abril, 1701 ó Bairro Urupá ó Ji-Paraná ó Rondônia ó CEP 76.900-149 ó CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br ó email: gabinete.jipa@gmail.com

ID: 2205482 e CRC: A4AB8777



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO / NICO AO DECRETO Nº2897, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS

02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE		
1094	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais. 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	102.420,00	
1097	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais. 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	11.180,00	
		TOTAL: R\$113.600,00	

REDUÇÕES

02 17 01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE		
1074	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-86.272,50	
1075	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.1.90.13.00 - OBRIGATÓRIAS PATRONAIS 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-6.000,00	
1077	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO DE TRABALHISTAS 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-15.757,50	
1078	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-5.000,00	
1079	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-370,00	
1086	13.392.0013.2046.0000 - Manut. Ativ. do Gabinete do Presidente - Fundação Cultural 3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 019-001 - Recursos Próprios-Transf. do Município F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n, o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n, o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-200,00	
		TOTAL: -R\$113.600,00	

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C, ndido
Prefeito



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2897, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025

ID: 2205482

CRC: A4AB8777

Processo: 1-196/2025

Usuário: ROBERTA SANTOS LINHARES

Criação: 19/11/2025 14:46:44 Finalização: 19/11/2025 14:49:19

MD5: 3173BF2D26BF2808107E6AEB39A684B3

SHA256: F7E9049BC0E02D3D08CA2772BF0337C0485BB8E816D7D8B011CA759B3AD2E0F3

Súmula/Objeto:
Dispõe sobre a Transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:48:59
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:49:06
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:49:11

ASSUNTOS

DECRETO	19/11/2025 14:48:07
---------	---------------------

CIENTES


ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	19/11/2025 15:22:15
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA	19/11/2025 16:16:01

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:42
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:03

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205482 e o CRC A4AB8777.



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2898, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Memorando nº 082/SEMPAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o montante de R\$ 460.733,92 (quatrocentos e sessenta mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.


Art. 2º A presente transposição não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Afonso C.andido
Prefeito




Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO/ NICO AO DECRETO Nº2898, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS

02 06 02	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
208	12.361.0002.2029.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGISTRI - Ensino Fundamental 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 012-042 - FUNDEB - MAGISTRI - Fundamental F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	37.625,37
215	12.361.0002.2032.0000 - FOPAG 25% - ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	240.239,43
219	12.361.0002.2032.0000 - FOPAG 25% - ENSINO FUNDAMENTAL 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	23.186,72
221	12.361.0002.2032.0000 - FOPAG 25% - ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.46.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	2.695,83
223	12.361.0002.2032.0000 - FOPAG 25% - ENSINO FUNDAMENTAL 3.3.90.93.00 - INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	108.656,94
292	12.365.0002.2030.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGISTRI - Ensino Infantil - PrÉ-Escola 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 012-039 - FUNDEB - MAGISTRI - PrÉ-Escola F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	45.665,98
405	12.367.0002.2022.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGISTRI - Educação Especial 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 012-033 - FUNDEB - MAGISTRI - Especial F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.039,80
411	12.367.0002.2064.0000 - FOPAG - FUNDEB APOIO - Educação Especial 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 012-032 - FUNDEB - APOIO - Especial F.R.: 30.1.540.0 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	581,85



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

416	12.367.0002.2064.0000 - FOPAG - FUNDEB APOIO - Educação Especial 3.3.90.08.00 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR 012-032 - FUNDEB - APOIO - Especial F.R.: 30.1.540.0 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.042,00
TOTAL: R\$460.733,92		

REDUÇÕES

02 06 02	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
193	12.361.0002.1015.0000 - Construção e Ampliação das Unidades de Ensino 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-129.365,22
232	12.361.0002.2088.0000 - Manutenção do Ensino Fundamental 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 012-043 - Recurso Próprio 25% - Fundamental F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-69.521,92
269	12.365.0002.1016.0000 - Construção e Ampliação das Unidades de Ensino Infantil - 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 012-041 - Recurso Próprio 25% - PrÉ-Escola F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-63.000,00
270	12.365.0002.1016.0001 - Construção e Ampliação das Unidades de Ensino Infantil - 4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES 012-040 - Recurso Próprio 25% - Creche F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-50.000,00
288	12.365.0002.2030.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGISTRI - Ensino Infantil - PrÉ-Escola 3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 012-039 - FUNDEB - MAGISTRI - PrÉ-Escola F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-38.665,17
319	12.365.0002.2083.0000 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - PrÉ-Escola 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 012-041 - Recurso Próprio 25% - PrÉ-Escola F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-14.920,79
330	12.365.0002.2083.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Creche 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 012-040 - Recurso Próprio 25% - Creche F.R.: 25.1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	-47.970,99
397	12.366.0002.2107.0000 - FOPAG - FUNBEB APOIO - EJA 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 012-034 - FUNDEB - APOIO - EJA F.R.: 30.1.540.0 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-1.623,85
409	12.367.0002.2022.0000 - FOPAG - FUNDEB MAGISTRI - Educação Especial 3.1.91.13.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 012-033 - FUNDEB - MAGISTRI - Especial F.R.: 70.1.540.1070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos F.STN.: 1.540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-45.665,98
TOTAL: -R\$460.733,92		


(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Afonso C.andido
Prefeito



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO			
Tipo do Documento		Identificação/Número	
Decreto		n. 2898, de 19 de novembro de 2025	
Data		19/11/2025	
ID:	2205488	Processo	Documento
CRC:	B5F76BAD		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES		
Criação:	19/11/2025 14:49:34	Finalização:	19/11/2025 14:51:41
MD5:	E3D19129D9555AA6A4DF2A868E7FD3D6		
SHA256:	C3766A513CCE0169DA9DB34EA11EEED6E3E04BEC09BF5A4FCBFD86349FE5F8D		
Súmula/Objeto:			
Dispõe sobre a Transposição de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.			
INTERESSADOS			
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:51:11
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:51:17
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:51:23
ASSUNTOS			
DECRETO			19/11/2025 14:50:21
CIENTES			
ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI			19/11/2025 15:22:15
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA			19/11/2025 16:16:25
ASSINATURAS ELETRÔNICAS			
	ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:42
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			
	AFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.			



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N^o2899, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a Transferência de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as reformulações administrativas, conforme Constituição Federal, art. 167, VI, e tendo em vista as disposições da Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024, e

Considerando o teor do Ofício Externo nº 71/CONT/2025 (ID: 2203255).

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido o montante de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) de dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2025, conforme detalhado no anexo único do presente decreto.


Art. 2º A presente transferência não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesas impostas pela Lei Municipal nº 3710 de 03/06/2024 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.


Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C. ndido
Prefeito




D: 2205494 e CRC: E1B86789



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO



Avenida 2 de Abril, 1701 - Bairro Urupá - Ji-Paraná - Rondônia - CEP 76.900-149 - CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br e-mail: gabinete.jipa@gmail.com

D: 2205494 e CRC: E1B86789




Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO


Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2899, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025
ID:	2205494	Processo
CRC:	E1B86789	Documento
Processo:	0-0/0	
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES	
Criação:	19/11/2025 14:51:51	Finalização: 19/11/2025 14:54:29
MD5:	5AA109C9A98364F86650E0873B7579BA	
SHA256:	AB4D975C324378E22B2A5962419C57B15AF35C7C2D1ACFCB56B2E89A93D9FD09	
Súmula/Objeto:	Dispõe sobre a Transferência de recursos do orçamento, vigente e dá outras providências.	
INTERESSADOS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO 19/11/2025 14:54:09
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO 19/11/2025 14:54:14
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO 19/11/2025 14:54:20
ASSUNTOS		
DECRETO		19/11/2025 14:53:19
CIENTES		
ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI		19/11/2025 15:22:15
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA		19/11/2025 16:16:47
ASSINATURAS ELETRÔNICAS		
 ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:42
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.		
 AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:04
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.		
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205494 e o CRC E1B86789.		

DECRETO N^o2900, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.



D: 2205501 e CRC: 189BB88B



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

Avenida 2 de Abril, 1701 - Bairro Urupá - Ji-Paraná - Rondônia - CEP 76.900-149 - CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br e-mail: gabinete.jipa@gmail.com

D: 2205501 e CRC: 189BB88B

ANEXO/ NICO AO DECRETO N^o2899, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ACRÉSCIMOS			
01 01 01	CAMARA DOS VEREADORES		
23	01.031.0001.2001.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - C~MARA 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 001-001 - Recursos Proprios da C. mara F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n., o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n., o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	120.000,00	
		TOTAL: R\$120.000,00	
REDUÇÕES			
01 01 01	CAMARA DOS VEREADORES		
12	01.031.0001.2001.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - C~MARA 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMO~O 001-001 - Recursos Proprios da C. mara F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n., o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n., o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-70.000,00	
14	01.031.0001.2001.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - C~MARA 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVI~OS DE TERCEIROS - PESSOA JUR~DICA 001-001 - Recursos Proprios da C. mara F.R.: 0.1.500.0 - Recursos n., o Vinculados de Impostos F.STN.: 1.500 - Recursos n., o Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)	-50.000,00	
		TOTAL: -R\$120.000,00	

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JI-PARANA, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Inciso V do Art. 9º da Lei n. 3732, de 13 de dezembro de 2024 (ID: 1443552) e o Memorando nº 082/SEMPFAZ/GGECO/2025 (ID: 2125714).

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 203.782,82** (duzentos e três mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos) distribuido as seguintes dotações:

02 07 01	GABINETE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
443	10.122.0001.2080.0000 - Manutenção das Atividades da Secretaria Mun. de Sa'de 3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 010-110 - Piso da Enfermagem F.R.: 0.1.605.0 - Assistência financeira da Uni., o destinada à complementação ao F.STN.: 1.605 - Assistência financeira da Uni., o destinada à complementação ao	203.782,82


Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação nos termos do art. 43, II, lei 4.320/64, conforme demonstrativo, Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.


Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso C. ndido
Prefeito



D: 2205501 e CRC: 189BB88B



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

Avenida 2 de Abril, 1701 - Bairro Urupá - Ji-Paraná - Rondônia - CEP 76.900-149 - CNPJ 04.092.672/0001-25
Fones (69)3416-4021/4025 site: www.ji-parana.ro.gov.br e-mail: gabinete.jipa@gmail.com

D: 2205501 e CRC: 189BB88B



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

EXCESSO DE ARRECAÇÃO

FONTE DE RECURSO VINCULADA: 010.110 – Piso da Enfermagem
FONTE DE RECURSO DA STN: 1.605.0
APURAÇÃO ATÉ O MÊS 11/2025
ANEXO ÚNICO AO DECRETO: N. 2900, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Receita	Descrição	Previsto	Arrecadado	Excesso
1321.01.0.1.01.0	REND. APLIC. FINANC. – PISO DA ENFERMAGEM	49.419,62	65.602,60	16.182,98
1713.50.5.1.02.0	BLOCO DE MANUTENÇÃO – PISO DA ENFERMAGEM	5.902.580,48	6.090.469,72	187.889,34
		5.952.000,00	6.156.072,32	204.072,32

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº2901, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as disposições da Lei Municipal nº 3732 de 13/12/2024 e dos artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Considerando o teor do Inciso V do Art. 9º da Lei n. 3732, de 13 de dezembro de 2024 (ID: 1443552) e o Ofício nº 348/FCJP/PMJP/2025 (ID: 2205076).

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício financeiro Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 1.054.057,80** (um milhão, cinquenta e quatro mil e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) distribuído as seguintes dotações:

02	17	01	FUNDACAO CULTURAL - GABINETE DO PRESIDENTE	
1697	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais.			27.399,80
	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO			
	019-105 - Convênio nº 516/2025/PGE-SEJUCEL			
	F.R.: 1901.1.701.0 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congelados			
	F.STN.: 1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congelados			
1698	13.392.0013.2077.0000 - Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais.			1.026.658,00
	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
	019-105 - Convênio nº 516/2025/PGE-SEJUCEL			
	F.R.: 1901.1.701.0 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congelados			
	F.STN.: 1.701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congelados			

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo 1º será coberto com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação nos termos do art. 43, II, Lei 4.320/64, conforme demonstrativo, Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Palácio Urup, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



Estado de Rondônia
Município de Ji-Paraná
GABINETE DO PREFEITO

EXCESSO DE ARRECAÇÃO

FONTE DE RECURSO VINCULADA: 019.105 – Convênio nº 516/2025/PGE-SEJUCEL
FONTE DE RECURSO DA STN: 1901.1.701.0
APURAÇÃO ATÉ O MÊS 11/2025
ANEXO ÚNICO AO DECRETO: N. 2901, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

Receita	Descrição	Previsto	Arrecadado	Excesso
1724.99.0.1.09.0	CONVÊNIO Nº 516/2025/PGE-SEJUCEL	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
		0,00	1.300.000,00	1.300.000,00

(assinado eletronicamente)
Anderson Cavalcante Oliveira
Secretário Municipal de Fazenda

(assinado eletronicamente)
Affonso Cândido
Prefeito



ID: 2205501 e CRC: 189BB88B



Município de Ji-Paraná
04.092.672/0001-25
Av. 2 de Abril
www.ji-parana.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	n. 2900, de 19 de novembro de 2025	19/11/2025
ID:	2205501	
CRC:	189BB88B	
Processo:	0-0/0	
Usuário:	ROBERTA SANTOS LINHARES	
Criação:	19/11/2025 14:57:56	Finalização: 19/11/2025 14:59:50

MD5:	1932F97A334BEEC48272370F31EB5EE9
SHA256:	E90D4237E46B74B295401FFA27920EC1374F0762D29A499FD00267C7EBFB5143

Súmula/Objeto:
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no corrente Exercício Financeiro.

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:59:30
GABINETE DO PREFEITO	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:59:35
CGC/CONTABILIDADE	Ji-Paraná	RO	19/11/2025 14:59:40

ASSUNTOS

DECRETO	19/11/2025 14:58:27
---------	---------------------

CIENTES

ANGELO LUIZ ATAIDE MORONI	19/11/2025 15:22:16
ROSIMEIRE ANTONIA DE OLIVEIRA	19/11/2025 16:17:12

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	ANDERSON CAVALCANTE OLIVEIRA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA	19/11/2025 15:17:42
--	------------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

	AFFONSO ANTONIO CANDIDO	PREFEITO MUNICIPAL	19/11/2025 15:33:05
--	-------------------------	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2205501 e o CRC 189BB88B.



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
ENQUADRAMENTO TEMPO DE SERVIÇO
ANEXO V - DA LEI MUNICIPAL N. 1250/2003

Nível: 8ª Série ou 9º Ano - GAOQ

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito Municipal



A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.ji-parana.ro.gov.br informando o ID 2204142 e o CRC 13E047D5.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



LEI Nº 3785, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre adequação do vencimento inicial da Classe C-I da Lei Municipal n. 1250/2003, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica determinada a adequação ao valor de R\$ 1.523,47 (um mil, quinhentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), o vencimento inicial dos servidores efetivos pertencentes à Classe C-I da Lei Municipal n. 1250/2003.

Art. 2º Com a presente adequação, o Anexo V da Lei 1250/2003, especificamente a Classe C-I, passa a vigorar com nova redação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/11/2025 às 13:54, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jl-parana.ro.gov.br, informando o ID **2203734** e o código verificador **A197B6BA**.

Anexos	
Seq.	Documento
1	Anexo de Lei 3785



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ



LEI Nº 3786, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no corrente exercício financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no corrente exercício financeiro, no montante de R\$ 499.750,00 (quatrocentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta reais) conforme a seguir se especifica:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
02 PODER EXECUTIVO
02 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
02 10 01 GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20 Agricultura
20 122 Administração Geral
20 122 0001 Administrando Competência e Responsabilidade
20 122 0001 2050 0000 Manut. Atividades da Secr. Agricultura e Pecuária
1685 3.3.60.45.00 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
F.R: 0 1 500 1 Recursos do Exercício Corrente 499.750,00
002 001 Recursos próprios do Município

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação de recurso próprio do Município:

2 PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
02 PODER EXECUTIVO
02 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
02 10 01 GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20 Agricultura
20 122 Administração Geral
20 122 0001 Administrando Competência e Responsabilidade
20 122 0001 2050 0000 Manut. Atividades da Secr. Agricultura e Pecuária
830 3.3.90.45.00 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
F.R: 0 1 500 1 Recursos do Exercício Corrente - 499.750,00
002 001 Recursos próprios do Município

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado, durante a execução do crédito previsto no artigo 1º desta Lei, a realizar as seguintes alterações orçamentárias:

I - abertura de novos Créditos Especiais deste projeto ora criado para reforço de dotação, supervenientes, quando necessário, utilizando como fonte dos créditos da seguinte forma:

a) *superávit* financeiro até o limite do apurado da fonte de recurso em balanço patrimonial e disponível em conta bancária no exercício anterior;

b) excesso de arrecadação disponível na Fonte de Recurso;

c) por anulação dos créditos orçamentários previstos nesta Lei como também aqueles créditos constantes da Lei Orçamentária Anual vigente do exercício.

II - anular e/ou reduzir supervenientemente, quando finalizado ou não ser possível a execução das atividades descritos no artigo 1º desta Lei e houver sobras orçamentárias, para reforçar o orçamento de outros projetos/atividades do orçamento do exercício do Município.

III - realocações de recursos na modalidade de Transferência entre dotações orçamentárias das mesmas atividades descritas nesta Lei, mediante justificativa para atender as necessidades quanto da execução plena das atividades existente.

Parágrafo Único. Os créditos orçamentários de que trata esse artigo serão precedidas de exposição justificativa e disponibilidade da fonte de Recursos, sendo abertos por Decreto do Executivo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado durante a Execução do Crédito aberto no Artigo 1º desta Lei, a promover Alteração de Elemento, mediante decreto, que são as realocações de recursos entre os elementos de despesa, mantidos a Estrutura Programática da Despesa ora criado desta Lei.

Art. 5º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar e/ou ajustar, no que couber, as Leis 3710, de 03 de Junho de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO) e Lei 3449, de 13 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual-PPA), de acordo com o valor estabelecido no art. 1º da presente Lei

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, aos 19 dias do mês de novembro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL, em 19/11/2025 às 13:54, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID 2204196 e o código verificador 090D89E1.

Referência: Processo nº 1-13779/2025.

Docto ID: 2204196 v1

ARRASTA
PARA O LADO

Doenças transmitidas pelo mosquito

Aedes Aegypti

PREFEITURA DE
Ji-Paraná ji-parana.ro.gov.br
SEMUSA - Secretaria Municipal de Saúde

Sangue é vida!

PARA DOAR, É PRECISO:

Ter mais de 18 e menos de 60 anos;

Peso superior a 50 Kg;

Se homem, deve ter doado há mais de 60 dias;

Se mulher deve ter doado há mais de 90 dias, não estar grávida, não estar amamentando, já terem se passado pelo menos 3 meses de parto ou aborto;

Se você não teve malária ou esteve em região de malária nos ultimos 6 meses;

Se você não tem tatuagens recentes (menos de 1 ano);

Se você não ingerir bebidas alcoólicas nas 24h que antecedem a doação;

Doe sangue você também!

